

FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - ISBRE

RELATÓRIO ANUAL DE 2014

Rua Uruguai, 155 – Conj. 1401

CEP: 90.010-140

Porto Alegre/RS

Fone: (51) 3227.3100 / 3014.8700

Fax: (51) 3227.3309 / 3014-8705

Site: www.isbre.com.br

E-mail: isbre@isbre.com.br

CONSELHO DELIBERATIVO

Sérgio Darci Inácio – Presidente

Carlos Aurélio L. da Hora Ribeiro

Carlos Areton Azzolin Olson

Carlos Dickel da Fontoura

Darlan Conte

Juliana Souza Dallastra

CONSELHO FISCAL

Tarcísio Jaime Herdt – Presidente (a partir de 29/08/2014)

Fabiano Meassi (a partir de 29/08/2014)

Leonir Maria Pizzato Reis (a partir de 29/08/2014)

Máicol Cristian Stein de Souza

Suplentes

Claonice Machado Fagundes

Gustavo Trombini Orsolin (a partir de 29/08/2014)

Iraci Antônio Brunetto (a partir de 29/08/2014)

Nivaldo Presalino Vieira

DIRETORIA EXECUTIVA

Argus Ruy Guex de Oliveira
Diretor Presidente e Financeiro

Mauro Rosito D'Avila
Diretor Administrativo e de Previdência

Senhores Participantes e Beneficiários do ISBRE Senhores Administradores do Patrocinador BRDE

Em obediência às disposições estatutárias, às melhores práticas de Governança, e ao dever de ofício de prestar contas e dar publicidade a seus atos, a Diretoria Executiva da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE traz ao conhecimento de V.Sas. o Relatório Anual de Administração relativo ao exercício de 2014, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e dos Planos de Benefícios I e II, e os Pareceres Técnico Atuarial, da Auditoria Externa, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

Este Relatório Anual, em sua forma de apresentação, atende às determinações da Instrução nº 13, de 12 de novembro de 2014, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, órgão de supervisão e fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, a qual exige um maior detalhamento das informações, com foco em cada um dos Planos de Benefícios e no PGA – Plano de Gestão Administrativa. Assim, poderá ser notada a repetição de tabelas e demonstrativos, no entanto, frise-se, com conteúdos diversos, conforme o Plano abordado, o que se fez necessário para atender aos ditames da citada Instrução. Embora com certo prejuízo à leveza da leitura e à extensão do relatório, cremos que essa nova forma traz ganhos em relação à segregação das informações de interesse dos participantes de cada Plano e quanto à amplitude e detalhamento das informações.

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Ambiente Macroeconômico e Conjuntura dos Mercados

As incertezas em relação ao ritmo da recuperação dos principais blocos econômicos e a alta heterogeneidade e dispersão das taxas de crescimento entre os países foram os elementos marcantes da economia mundial em 2014.

Das principais economias, os EUA foram uma exceção, na medida em que parece retomar uma dinâmica de crescimento, com indicadores macroeconômicos demonstrando importantes melhoras. O conjunto de indicadores positivos possibilitou ao Banco Central Americano (Federal Reserve - FED) encerrar no final de outubro, o programa de compra de ativos, dando início à sinalização de aumento dos juros básicos em médio prazo, movimento este que levou a uma maior volatilidade dos mercados e à apreciação do dólar.

Diferentemente da economia americana, as economias da Zona do Euro enfrentaram maior dificuldade em retomar as taxas de crescimento, o que provocou a adoção, pelo Banco Central Europeu (BCE), de estímulos monetários parecidos aos adotados pelo FED, buscando afastar o risco de deflação e melhorar o nível da atividade econômica.

Na China a atividade econômica segue em desaceleração gradual, o que é natural e previsível em um processo de 'catching up' (o crescimento movido por largas absorções de mão de obra e de capital ocioso), mediante a adoção de políticas econômicas visando a sustentabilidade de longo prazo para seu crescimento econômico, cujo mote é consolidar uma sociedade de consumo moderado (dado seu porte), mas de acesso ao consumo. Corolário disso, natural que, em 2014, o crescimento da economia chinesa foi de 7,4%, o menor em quase 25 anos. Indica, em nosso entender, uma saudável reorientação de política econômica, inicialmente ruim para os demais emergentes, como o Brasil, e sinaliza um futuro de pretensões um pouco mais modestas, mas de percurso mais seguro.

No Brasil, o baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,1%, a redução da confiança dos agentes econômicos, principalmente dos empresários, a elevação da taxa de juros (Selic), que encerrou em 11,75% ao ano com o aumento de 1,75% no ano, o represamento dos preços administrados pelo governo e o índice de inflação oficial IPCA próximo do teto da meta fechando o ano em 6,41% marcaram a economia em 2014. Também influenciou a economia a eleição para Presidência com vitória do governo com pequena margem em um disputado segundo turno.

Desempenho Econômico-Financeiro

O Plano de Benefícios I (PB I) encerrou 2014 com um Patrimônio Social de R\$ 691,7 milhões, dos quais R\$ 652,8 milhões referentes à reserva matemática, prevista para pagamento de benefícios e um superávit acumulado de R\$ 35,2 milhões. A rentabilidade bruta foi de 14,52% no período, o que corresponde a um desempenho equivalente a 128,8% da meta atuarial ou 134,3% do CDI.

Já o Plano de Benefícios II (PB II) terminou o ano com um Patrimônio Social de R\$ 43,1 milhões. A rentabilidade bruta foi de 14,51% no ano, o que corresponde a 128,8% da meta atuarial ou 134,2% do CDI.

O desempenho dos investimentos dos dois Planos de Benefícios foi muito superior à média do retorno do segmento, que foi de 7,07% no ano de 2014, segundo a Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP.

É importante esclarecer que a diferença de rentabilidade dos Planos de Benefícios é decorrente da diferença de participação do segmento de empréstimos a participantes.

O Plano de Gestão Administrativa – PGA, que compreende aos recursos financeiros e patrimoniais necessários ao funcionamento da entidade, teve rentabilidade de 14,61%, correspondendo 129,6% da meta atuarial e a 135,2% do CDI do período.

O segmento de Renda Fixa apresentou um resultado de 16,06% no ano, ou 142,5% da meta atuarial e 110,5% do IMA-B.

Já a carteira de Renda Variável obteve uma performance de 1,74% no ano, resultado superior IBrX que fechou o período com desempenho negativo de (- 2,78%).

Gestão Previdencial

Em 2014, o ISBRE pagou benefícios no montante de R\$ 40,6 milhões para 386 grupos familiares, com uma população amparada de 2.025 participantes e beneficiários.

O Plano de Benefícios I pagou R\$ 40,5 milhões em benefícios e recebeu contribuições de R\$ 14,8 milhões, 36,6% daquele montante. No final de 2014, os participantes assistidos no Plano de Benefícios I representavam 67,0% do total de participantes do Plano, atestando o seu estágio de maturidade. As receitas oriundas das contribuições representam 37% dos compromissos pagos, o que reafirma a importância de se alcançar, de forma consistente, e a longo prazo, a meta atuarial nas aplicações dos recursos garantidores das reservas matemáticas.

O Plano de Benefícios II continuou a receber novas adesões, fundamentais para a sua consolidação. Ao final do ano, foi atingido o número de 312 participantes ativos, com a adesão de 17 novos participantes (crescimento de 5,8%). Por sua vez, o aporte de contribuições ao Plano atingiu o montante de R\$ 5,9 milhões, refletindo um crescimento de 20,4% sobre o ano anterior, e os benefícios pagos, entre pensões e complementação de auxílio-doença, foram de R\$ 124 mil.

Governança Corporativa

Em 2014, por força de disposições Estatutárias, o ISBRE teve alterada a composição do seu Conselho Fiscal em dois de seus membros titulares e suplentes. Em 29 de agosto de 2014, tomaram posse, como representantes eleitos pelos Participantes Ativos e Assistidos, os colegas participantes **Leonir Maria Pizzato Reis e Fabiano Meassi**, como membros titulares, e os Participantes **Iraci Antonio Brunetto e Gustavo Trombini Orsolin** como membros suplentes.

Ainda do ponto de vista da governança corporativa, o ISBRE promoveu nos meses de novembro e dezembro/2014, uma nova edição do Seminário de Conselheiros, que visou não apenas recepcionar os novos Conselheiros, mas fundamentalmente buscou o aprimoramento e nivelamento de conhecimentos e a atualização dos dois órgãos colegiados.

Agradecimentos

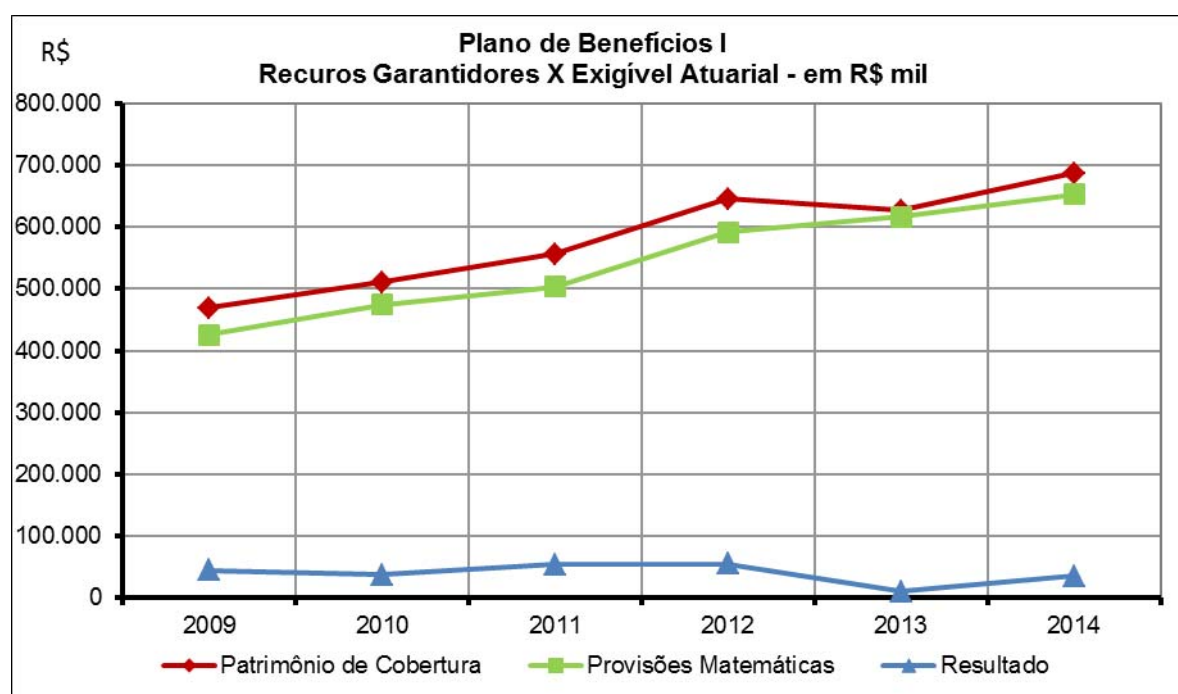
A Diretoria Executiva agradece a confiança dos Participantes e Beneficiários, a orientação e diligente atuação dos Conselheiros e Conselheiras integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e dos membros do Comitê de Investimentos, além do indispensável e comprometido apoio do Patrocinador BRDE, por sua Administração e corpo gerencial. Agradece também a dedicação, a competência e o compromisso dos funcionários do ISBRE, que não medem esforços para o bom desempenho da Fundação no cumprimento de sua missão.

PLANO DE BENEFÍCIOS I – BD

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Evolução dos Recursos Garantidores e do Exigível Atuarial – PB I

Ano	Patrimônio de Cobertura	Provisões Matemáticas	Resultado
2009	469.351	425.202	44.149
2010	510.975	474.351	36.624
2011	556.601	503.265	53.336
2012	646.412	592.090	54.322
2013	626.840	616.868	9.972
2014	687.950	652.772	35.178



Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – PB I

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em R\$ mil

	Descri�o	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão %
	A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	630.788	650.825	(3,08)
	1. Adi�es	102.057	20.563	396,31
(+)	Contribui�es Previdenciais	14.847	14.466	2,63
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	87.210	6.097	1.330,38
	2. Destina�es	(42.319)	(40.600)	4,23
(-)	Benefícios	(40.497)	(37.312)	8,54
(-)	Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(421)	(1.987)	(78,81)
(-)	Custeio Administrativo	(1.401)	(1.301)	7,69
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	59.738	(20.037)	(398,14)
(+/-)	Provisões Matemáticas	35.904	24.778	44,90
(+/-)	Fundos Previdenciais	(1.371)	(465)	194,84
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	25.206	(44.350)	(156,83)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	690.526	630.788	9,47
	C) Fundos não Previdenciais	1.176	1.144	2,80
(+/-)	Fundo Administrativo	1.176	1.144	2,80

Demonstrac o do Ativo Líquido – PB I

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

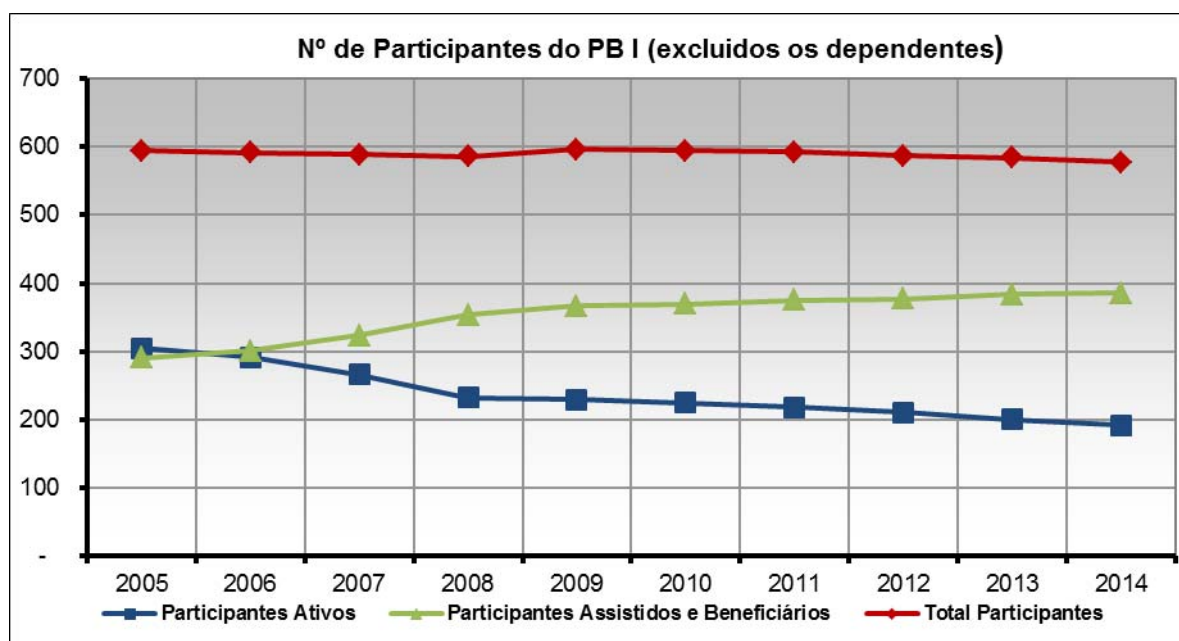
em R\$ mil

Descri�o	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão %
1. Ativos	699.633	640.190	9,29
Disponível	59	37	59,46
Recebível	4.010	4.007	0,07
Investimento	695.564	636.146	9,34
A�es	253	239	5,86
Fundos de Investimento	672.777	613.649	9,64
Investimentos Imobiliários	14.348	14.337	0,08
Empréstimos	8.159	7.894	3,36
Depósitos Judiciais	27	27	-
2. Obriga�es	7.931	8.258	(3,96)
Operacional	1.517	1.488	1,95
Contingencial	6.414	6.770	(5,26)
3. Fundos não Previdenciais	1.176	1.144	2,80
Fundo Administrativo	1.176	1.144	2,80
4. Ativo Líquido (1-2-3)	690.526	630.788	9,47
Provisões Matemáticas	652.771	616.868	5,82
Superávit/Déficit Técnico	35.178	9.972	252,77
Fundos Previdenciais	2.577	3.948	(34,73)

GESTÃO PREVIDENCIAL

População Amparada pelo Plano de Benefícios I

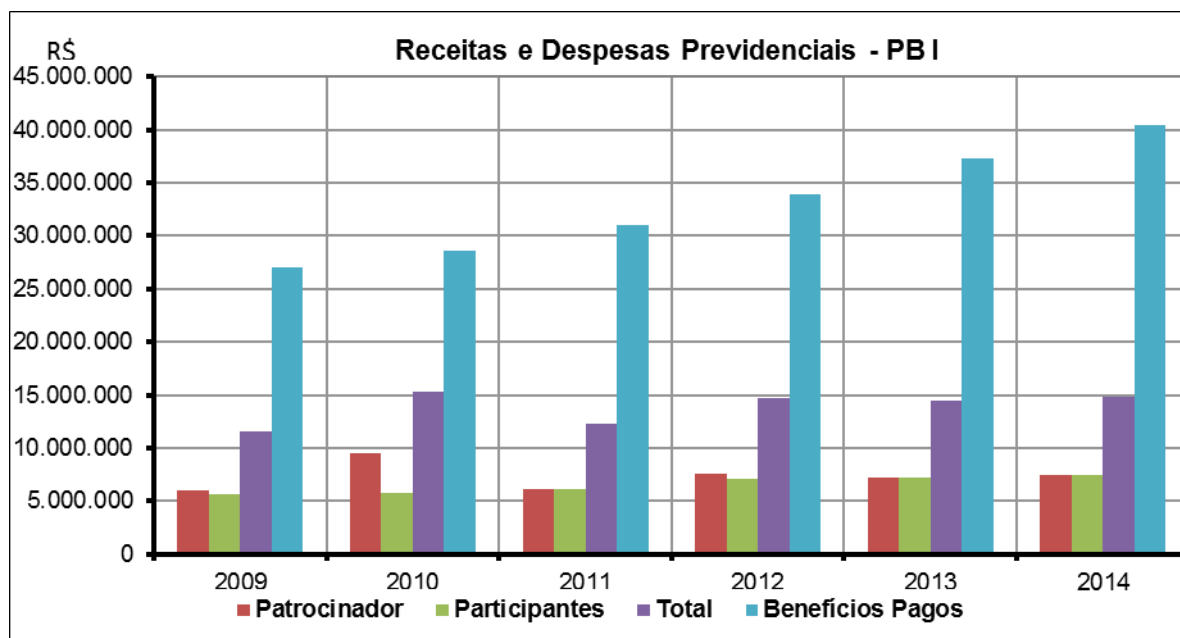
Ano	Participantes Ativos	Participantes Assistidos e Beneficiários	Total Participantes	Dependentes	Total Geral
2005	305	290	595	1.097	1.692
2006	291	301	592	1.074	1.666
2007	266	323	589	1.050	1.639
2008	232	354	586	998	1.584
2009	229	367	596	964	1.560
2010	225	370	595	939	1.534
2011	218	375	593	808	1.401
2012	210	377	587	741	1.328
2013	200	384	584	724	1.308
2014	192	386	578	709	1.287



Receita de Contribuição e Benefícios Pagos pelo PB I

Ano	Patrocinador	Participantes	Total	Benefícios Pagos	Rec.de Contrib. / Benef. Pagos
2009	5.964.600	5.649.600	11.614.200	26.986.800	43,04%
2010	9.570.400	5.776.100	15.346.500	28.626.600	53,61%
2011	6.106.900	6.162.600	12.269.500	31.039.600	39,53%
2012	7.632.600	7.045.600	14.678.200	33.902.800	43,29%
2013	7.229.800	7.232.700	14.462.500	37.312.200	38,76%
2014	7.409.400	7.411.000	14.820.400	40.497.200	36,60%

Em R\$1,00



A constante diminuição do número de participantes ativos e o aumento do número de participantes assistidos são características que revelam o estágio de maturidade do Plano de Benefícios I. A relação entre o fluxo de receita de contribuições e o fluxo de pagamento de benefícios é, a cada ano que passa, menor, situação absolutamente normal em um plano maduro e fechado a novos participantes.

PLANO DE BENEFÍCIOS I – PB I

GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO PB I

Em consonância com a Política de Investimentos aprovada para o exercício, a carteira de investimentos do Plano de Benefícios I apresentava, em 31 de dezembro de 2014, a seguinte composição, em relação aos recursos garantidores.

Distribuição dos Investimentos por Segmento	Plano de Benefícios I			
	Junho/14	Dezembro/14	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	84,34%	85,26%	100%	100%
Renda Variável	7,70%	6,91%	20%	70%
Investimentos Estruturados	4,54%	4,59%	12%	20%
Investimentos no Exterior ⁽¹⁾	0,14%	0,00%	2%	10%
Imóveis	2,14%	2,06%	4%	8%
Operações com Participantes	1,14%	1,17%	3%	15%

(1) Os investimentos em ativos classificados no segmento de investimentos no exterior se restringem à eventual alocação, por parte dos Gestores dos Fundos de Investimento em Ações e Multimercado, em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de Companhia Aberta ou assemelhada com sede no exterior – Brazilian Depositary Receipts (BDR), conforme classificação estabelecida no art. 21 da Resolução CMN nº 3792/09 e suas alterações.

Composição e Custos de Gestão Terceirizada da Carteira em Mercado do PB I

Em 31.12.2014, o Plano de Benefícios I contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (Em R\$)	Participação
Segmento de Renda Fixa	594.691.771,61	88,39%
Fundos de Renda Fixa	418.751.068,49	62,24%
FI Minuano Renda Fixa	418.751.068,49	62,24%
Fundos Multimercado com Renda Variável	175.940.703,12	26,15%
BBM Charrua FI Multimercado	175.940.703,12	26,15%
Segmento de Renda Variável	32.742.183,64	4,87%

Fundos de Investimento em Ações – FIAs	32.742.183,64	4,87%
BTG Pactual Absoluto Institucional FIQFIA	14.331.237,72	2,13%
JGP Institucional FIA	12.895.266,75	1,92%
BBM Smid Caps Valor FICFIA	5.515.679,16	0,82%
Segmento de Investimentos Estruturados	45.343.164,81	6,74%
Fundos de Investimentos em Cotas FI	38.771.102,87	5,76%
BBM Aymoré FICFIM	38.771.102,87	5,76%
Fundos de Investimentos em Participações - FIPs	6.572.061,94	0,98%
Rio Bravo Energia I - FIP	6.572.061,94	0,98%
Total de Ativos da Carteira em Mercado	672.777.120,05	100,00%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-948,91	0,00%
Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado	672.776.171,14	100,00%

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos, quanto para preservação patrimonial (*hedge*), observados, contudo, os limites legais. No ano de 2014, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, ações e câmbio com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

Os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado são os seguintes:

Fundo	Retorno Líquido em 2014	Retorno Bruto em 2014	Índice de Referência	Retorno do Índice em 2014	Taxa de Administração	Taxa de Performance	Índice de Performance
FI Minuano Renda Fixa	16,56%	16,60%	IMA-B	14,54%	0,03%	Não cobra	-
BBM Charrua FIM	15,20%	15,66%	IMA-B	14,54%	0,40%	Não cobra	-
BTG Pactual Absoluto Inst. FIQFIA	9,62%	13,02%	Ibovespa	-2,91%	3,00%	Não cobra	-
JGP Institucional FIA	-1,11%	1,69%	Ibovespa	-2,91%	2,75%	Não Cobra	-
BBM Smid Caps FIC FIA	3,02%	5,02%	SMLL	-16,96%	1,90%	20%	SMLL
BBM Aymoré FICFIM	8,05%	8,22%	CDI	10,81%	0,15%	Não cobra	-
Rio Bravo Energia I FIP	-2,16%	-0,51%	-	-	1,65%	20%	IPCA+ 8% a.a

Performance dos Investimentos do PB I

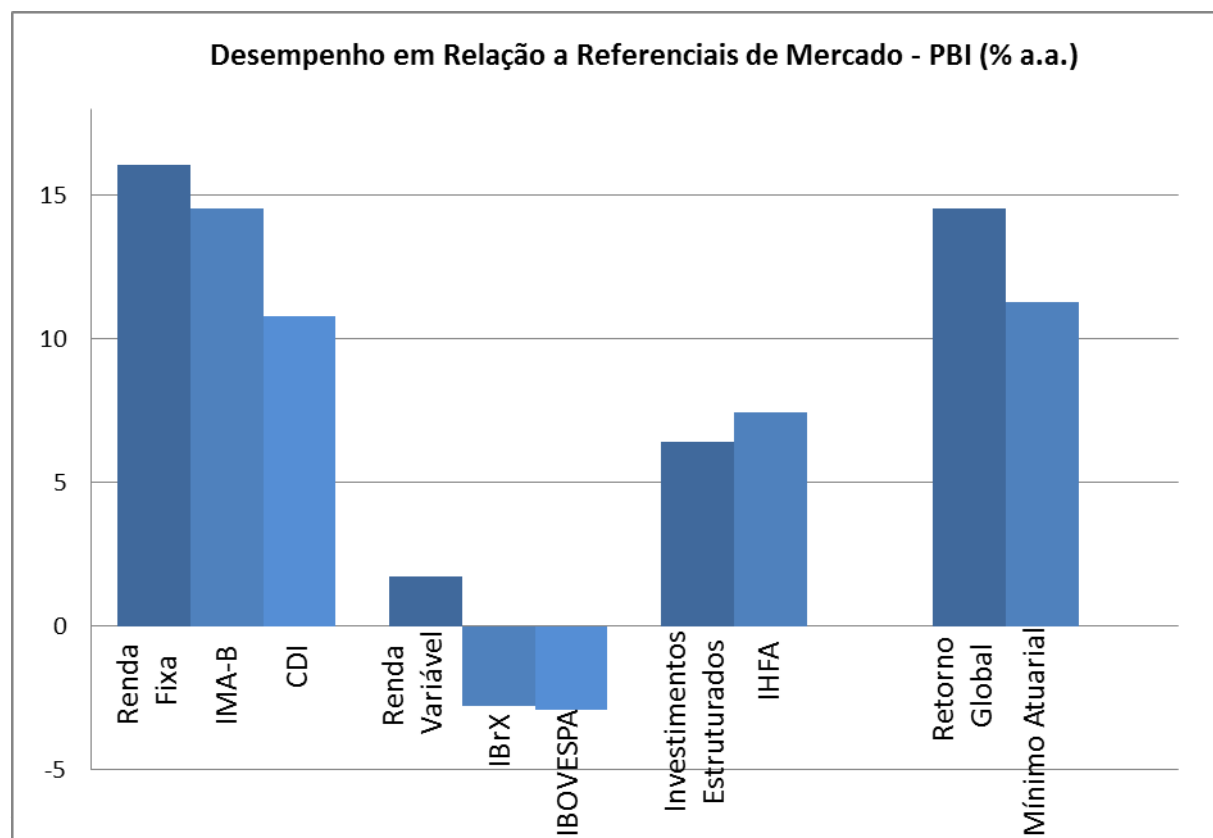
A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios I foi de 14,52% no ano, superior ao retorno do CDI, de 10,81%, e da meta atuarial, de 11,27%, correspondendo a um desempenho equivalente a 134,3% do CDI e 128,8% da meta atuarial para no ano.

As rentabilidades por segmento de aplicação, em relação aos respectivos referenciais de mercado, são apresentadas na tabela e no gráfico abaixo.

Segmento	Plano de Benefícios I		
	Rentabilidade Bruta em 2014	Referencial de Mercado/ Meta Atuarial Índice	Varição em 2014
Renda Fixa	16,06%	IMA-B	14,54%
Renda Variável	1,74%	IBrX	-2,78%
Investimentos Estruturados	6,44%	IHFA	7,44%
Imóveis	12,70%	Meta Atuarial	11,27%
Empréstimos a Participantes	13,34%	Meta Atuarial	11,27%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	15,87%	Meta Atuarial	11,27%
Total	14,52%		

Importante registrar que, de acordo com o Plano de Custeio do PB I para 2014, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE, incide sobre o patrimônio deste plano uma taxa de administração de 0,5%, que é transferida para custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA. Assim, para se obter as rentabilidades

líquidas por segmento de aplicação do PB I é necessário subtrair este percentual das rentabilidades brutas indicadas na tabela acima.



CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PB I

Os custos globais de administração do Plano de Benefícios I, compreendendo os custos com a gestão administrativa e previdencial e com a gestão de investimentos, estão detalhados a seguir.

Despesas com a Administração Previdencial

DESPESAS	1º Sem/14	2º Sem/14	12 Meses
Pessoal e Encargos	778.152,95	918.092,75	1.696.245,70
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	248.989,37	304.432,03	553.421,40
Pessoal Próprio	529.163,58	613.660,72	1.142.824,30
Treinamentos/Congressos e Seminários	2.821,86	28.813,62	31.635,48
Viagens e Estadias	18.214,35	7.681,36	25.895,71
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	113.543,80	123.795,80	237.339,60
Auditoria	9.934,76	10.158,36	20.093,12
Assessoria Jurídica	50.565,20	51.141,86	101.707,06
Assessoria Atuarial	38.618,57	39.422,79	78.041,36
Outras Consultorias	14.425,27	23.072,79	37.498,06
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	67.837,06	62.946,98	130.784,04
Amortizações e Depreciações	9.331,44	10.101,02	19.432,46
Tributos	15.000,00	15.000,00	30.000,00
Contingencial (PIS e COFINS)	112.031,60	116.398,55	228.430,15
Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.116.933,06	1.282.830,08	2.399.763,14

Despesas com a Administração de Investimentos

(Em R\$)

DESPESAS	1º Sem/14	2º Sem/14	12 meses
Pessoal e Encargos	944.854,72	1.081.374,14	2.026.228,86
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	287.890,03	330.394,27	618.284,30
Pessoal Próprio	656.964,69	750.979,87	1.407.944,56
Treinamentos/Congressos e Seminários	11.250,20	26.591,20	37.841,40
Viagens e Estadias	9.721,46	10.455,24	20.176,70
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	119.734,27	132.434,89	252.169,16
Auditoria	9.934,70	10.158,30	20.093,00
Assessoria Jurídica	15.065,96	14.995,04	30.061,00
Custódia e Controladoria	15.433,36	17.188,91	32.622,27
Luz Engenharia Ltda	28.070,58	28.528,29	56.598,87
Outras Consultorias	51.229,67	61.564,35	112.794,02
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	77.334,68	73.159,01	150.493,69
Amortizações e Depreciações	9.331,55	10.101,03	19.432,58
Tributos	15.000,00	15.000,00	30.000,00
A) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.187.226,88	1.349.115,51	2.536.342,39

Custo Global da Gestão

(Em R\$)

DESPESAS	1º Sem/14	2º Sem/14	12 meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.116.933,06	1.282.830,08	2.399.763,14
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.187.226,88	1.349.115,51	2.536.342,39
C) Total das Despesas Administrativas	2.304.159,94	2.631.945,59	4.936.105,53
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	673.262.010,17	695.620.671,32	684.441.340,75
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,17%	0,18%	0,35%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,18%	0,19%	0,37%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,34%	0,38%	0,72%

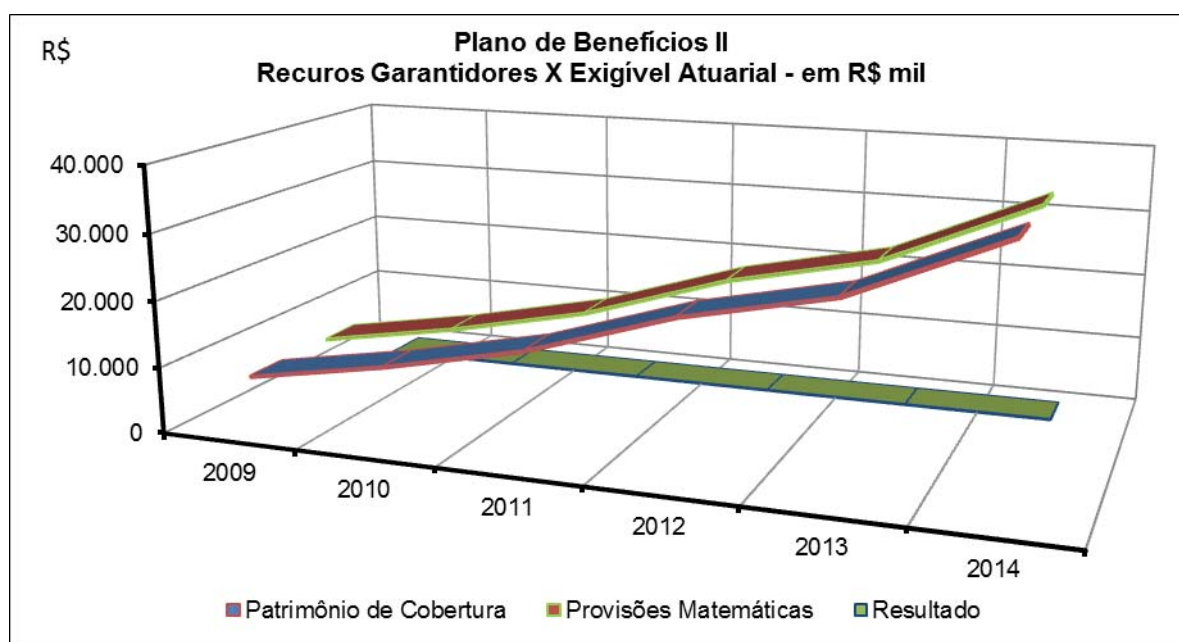
No exercício de 2014, o custo global de gestão do PB I, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas dos Investimentos foi equivalente a 0,72% dos recursos garantidores, sendo 0,35% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,37% o custo relativo à gestão de investimentos.

PLANO DE BENEFÍCIOS II – CV

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Evolução dos Recursos Garantidores e do Exigível Atuarial – PB II

Ano	Patrimônio de Cobertura	Provisões Matemáticas	Resultado
2009	7.958	7.946	12
2010	11.616	11.604	12
2011	16.153	16.137	16
2012	22.963	22.959	4
2013	27.610	27.610	-
2014	37.030	37.019	11



Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – PB II

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em R\$ mil

Descri�o	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão %
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	30.988	25.707	20,54
1. Adi�es	10.778	5.478	96,75
(+) Contribui�es Previdenciais	5.928	4.940	20,00
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.850	538	801,49
2. Destina�es	(125)	(197)	(36,55)
(-) Benefícios	(125)	(197)	(36,55)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	10.653	5.281	101,72
(+/-) Provisões Matemáticas	9.409	4.651	102,30
(+/-) Fundos Previdenciais	1.233	633	94,79
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	11	(4)	(375,00)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	41.641	30.988	34,38
C) Fundos não Previdenciais	1.412	1.478	(4,47)
(+/-) Fundo Administrativo	1.412	1.478	(4,47)

Demonstração do Ativo Líquido – PB II

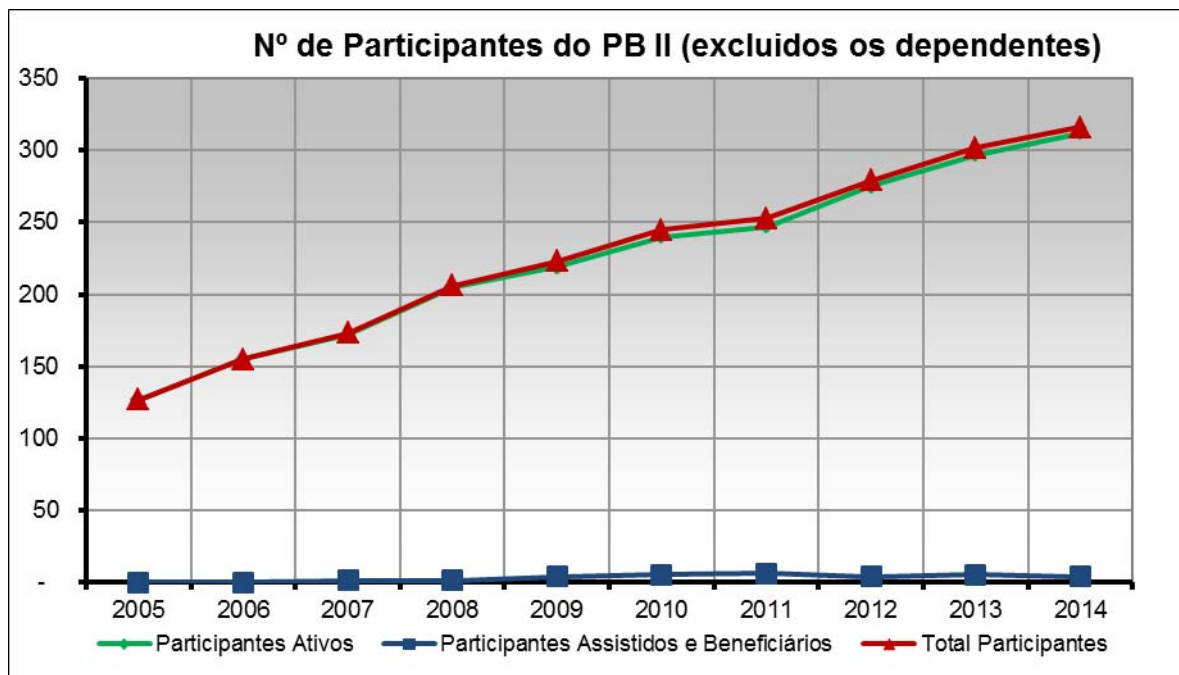
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	43.054	32.467	32,61
Disponível	3	2	50,00
Recebível	1.412	1.478	(4,47)
Investimento	41.639	30.987	34,38
Ações	15	11	36,36
Fundos de Investimento	38.859	28.618	35,79
Investimentos Imobiliários	535	535	-
Empréstimos	2.229	1.822	22,34
Depósitos Judiciais	1	1	-
2. Obrigações	1	1	-
Operacional	1	1	-
3. Fundos não Previdenciais	1.412	1.478	(4,47)
Fundo Administrativo	1.412	1.478	(4,47)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	41.641	30.988	34,38
Provisões Matemáticas	37.019	27.610	34,08
Superávit/Déficit Técnico	11	-	
Fundos Previdenciais	4.611	3.378	36,50

GESTÃO PREVIDENCIAL**População Amparada pelo Plano de Benefícios II**

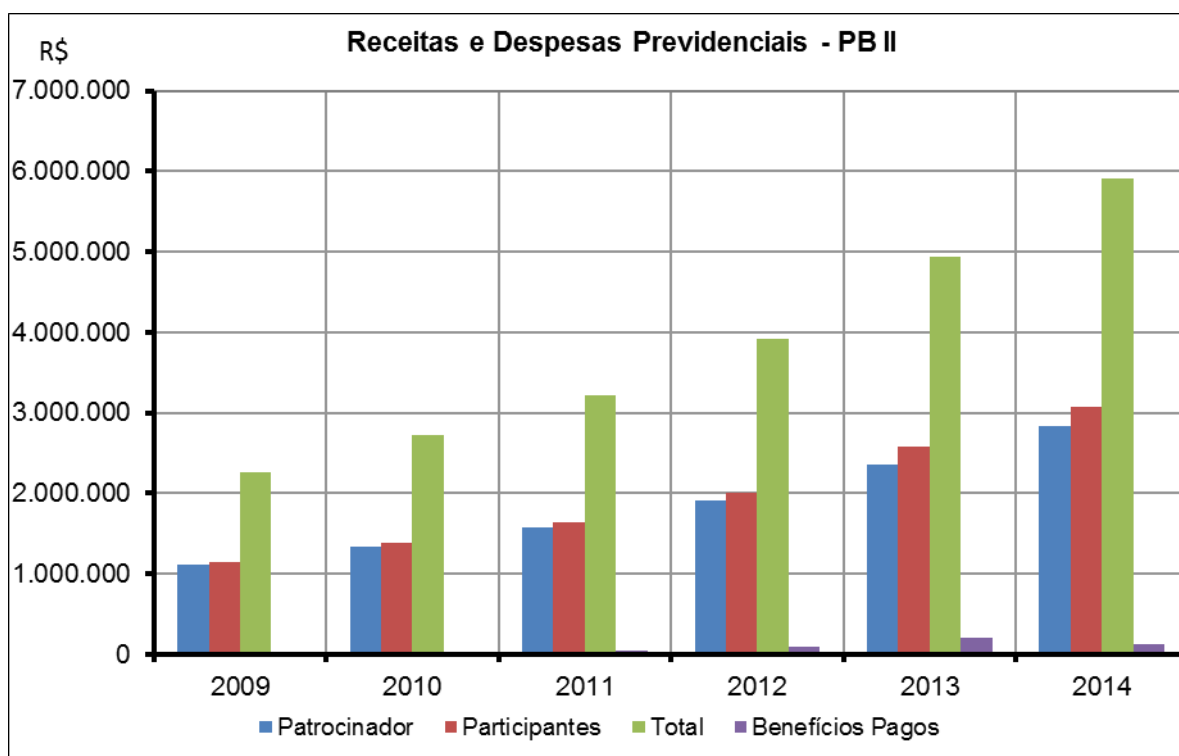
Ano	Participantes Ativos	Participantes Assistidos e Beneficiários	Total Participantes	Dependentes	Total Geral
2005	127	-	127	169	296
2006	155	-	155	196	351
2007	172	1	173	221	394
2008	205	1	206	253	459
2009	219	4	223	285	508
2010	240	5	245	317	562
2011	247	6	253	342	595
2012	275	4	279	370	649
2013	297	5	302	408	710
2014	312	4	316	422	738



Receita de Contribuição e Benefícios Pagos - PB II

Em R\$ 1,00

Ano	Receita de Contribuição			Benefícios Pagos
	Patrocinador	Participantes	Total	
2009	1.112.500	1.145.900	2.258.400	9.196
2010	1.332.500	1.385.700	2.718.200	19.995
2011	1.576.700	1.640.900	3.217.600	45.700
2012	1.907.900	2.014.300	3.922.200	89.930
2013	2.364.800	2.575.000	4.939.800	213.000
2014	2.837.100	3.078.800	5.915.900	124.800



PLANO DE BENEFÍCIOS II – PB II

GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO PB II

Em consonância com a Política de Investimentos aprovada para o exercício, a carteira de investimentos do Plano de Benefícios II apresentava, em 31 de dezembro de 2014, a seguinte composição, em relação aos recursos garantidores.

Distribuição dos Investimentos por Segmentos de Aplicação – PB II

Distribuição dos Investimentos por Segmento	Plano de Benefícios II			
	Junho/14	Dezembro/14	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	81,10%	82,27%	100%	100%
Renda Variável	7,40%	6,64%	20%	70%
Investimentos Estruturados	4,39%	4,45%	12%	20%
Investimentos no Exterior ⁽¹⁾	0,13%	0,00%	2%	10%
Imóveis	1,48%	1,28%	4%	8%
Operações com Participantes	5,50%	5,35%	15%	15%

(1) Os investimentos em ativos classificados no segmento de investimentos no exterior se restringem à eventual alocação, por parte dos Gestores dos Fundos de Investimento em Ações e Fundos Multimercado, em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de Companhia Aberta ou assemelhada com sede no exterior – Brazilian Depositary Receipts (BDR), conforme classificação estabelecida no art. 21 da Resolução CMN nº 3792/09 e suas alterações.

Composição e Custos de Gestão Terceirizada da Carteira em Mercado do PB II

Em 31.12.2014, o Plano de Benefícios II contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (Em R\$)	Participação
Segmento de Renda Fixa	34.349.077,79	88,39%
Fundos de Renda Fixa	24.186.837,14	62,24%
FI Minuano Renda Fixa	24.186.837,14	62,24%
Fundos Multimercado com Renda Variável	10.162.240,65	26,15%
BBM Charrua FI Multimercado	10.162.240,65	26,15%
Segmento de Renda Variável	1.891.170,97	4,87%
Fundos de Investimento em Ações – FIAs	1.891.170,97	4,87%
BTG Pactual Absoluto Institucional FIQFIA	827.764,60	2,13%
JGP Institucional FIA	744.823,69	1,92%
BBM Smid Caps Valor FICFIA	318.582,67	0,82%
Segmento de Investimentos Estruturados	2.618.996,88	6,74%
Fundos de Investimentos em Cotas FI	2.239.398,11	5,76%
BBM Aymoré FICFIM	2.239.398,11	5,76%
Fundos de Investimentos em Participações - FIPs	379.598,77	0,98%
Rio Bravo Energia I - FIP	379.598,77	0,98%
Total de Ativos da Carteira em Mercado	38.859.245,63	100,00%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-54,81	0,00%
Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado	38.859.190,82	100,00%

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos quanto para preservação patrimonial (hedge), observados, contudo, os limites legais. No ano de 2014, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, ações e câmbio com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

Os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado são os seguintes:

Fundo	Retorno Líquido em 2014	Retorno Bruto em 2014	Índice de Referência	Retorno do Índice em 2014	Taxa de Administração	Taxa de Performance	Índice de Performance
FI Minuano Renda Fixa	16,56%	16,60%	IMA-B	14,54%	0,03%	Não cobra	-
BBM Charrua FIM	15,20%	15,66%	IMA-B	14,54%	0,40%	Não cobra	-
BTG Pactual Absoluto Inst. FIQFIA	9,62%	13,02%	Ibovespa	-2,91%	3,00%	Não cobra	-
JGP Institucional FIA	-1,11%	1,69%	Ibovespa	-2,91%	2,75%	Não Cobra	-
BBM Smid Caps FIC FIA	3,02%	5,02%	SMLL	-16,96%	1,90%	20%	SMLL
BBM Aymoré FICFIM	8,05%	8,22%	CDI	10,81%	0,15%	Não cobra	-
Rio Bravo Energia I FIP	-2,16%	-0,51%	-	-	1,65%	20%	IPCA+ 8% a.a

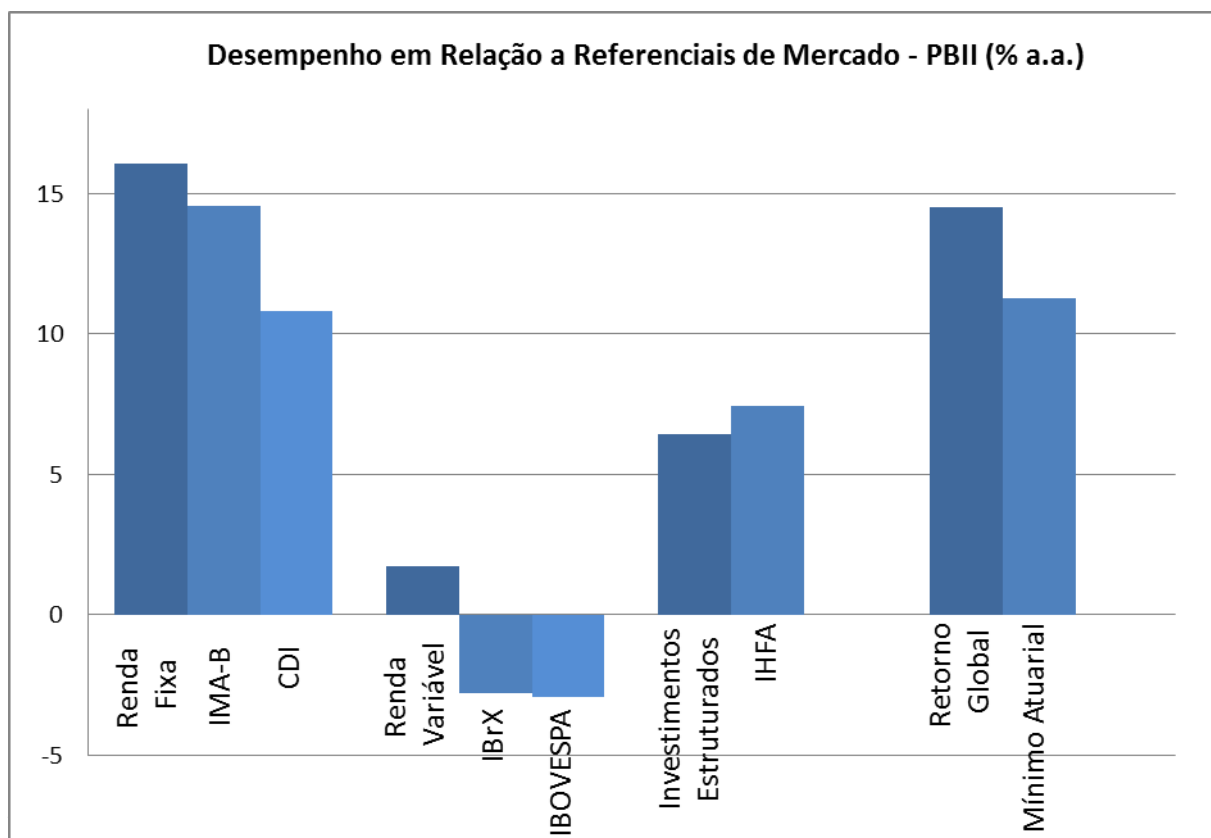
Performance dos Investimentos do PB II

A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios II foi de 14,51% no ano, superior ao retorno do CDI, de 10,81%, e da meta atuarial, de 11,27%, o que corresponde a um desempenho equivalente a 134,2% do CDI e 128,8% da meta atuarial para o ano.

As rentabilidades por segmento de aplicação, em relação aos respectivos referenciais de mercado, são apresentadas na tabela e no gráfico abaixo.

Segmento	Plano de Benefícios II		
	Rentabilidade Bruta em 2014	Referencial de Mercado/ Meta Atuarial Índice	Variação em 2014
Renda Fixa	16,06%	IMA-B	14,54%
Renda Variável	1,74%	IBrX	-2,78%
Investimentos Estruturados	6,44%	IHFA	7,44%
Imóveis	12,70%	Meta Atuarial	11,27%
Empréstimos a Participantes	12,98%	Meta Atuarial	11,27%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	15,87%	Meta Atuarial	11,27%
Total	14,51%		

Importante registrar que, de acordo com o Plano de Custeio do PB II aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE para 2014, o custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA foi integralmente coberto pelo Fundo Administrativo do Plano. Assim, no PB II, a rentabilidade líquida dos investimentos por segmento de aplicação é igual à rentabilidade bruta indicada na tabela acima.



CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PB II

Os custos globais de administração do Plano de Benefícios II, compreendendo os custos com a gestão administrativa e previdencial e com a gestão de investimentos, estão detalhados a seguir.

Despesas com a Administração Previdencial

DESPESAS	1º Sem/14	2º Sem/14	12 Meses
Pessoal e Encargos	40.832,15	52.587,43	93.419,58
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	13.087,01	17.444,03	30.531,04
Pessoal Próprio	27.745,14	35.143,40	62.888,54
Treinamentos/Congressos e Seminários	150,46	1.631,79	1.782,25
Viagens e Estadias	949,40	437,08	1.386,48
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	4.081,97	5.021,03	9.103,00
Auditoria	519,49	581,40	1.100,89
Assessoria Jurídica	787,30	858,23	1.645,53
Assessoria Atuarial	2.019,28	2.256,33	4.275,61
Outras Consultorias	755,90	1.325,07	2.080,97
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	3.555,75	3.608,73	7.164,48
Amortizações e Depreciações	3.236,90	4.558,75	7.795,65
Tributos	468,78	468,78	937,56
Contingencial (PIS e COFINS)	5.863,84	6.667,03	12.530,87
Total das Despesas com a Administração Previdencial	59.139,25	74.980,62	134.119,87

Despesas com a Administração de Investimentos

(Em R\$)

DESPESAS	1º Sem/14	2º Sem/14	12 meses
Pessoal e Encargos	<u>49.429,18</u>	<u>61.943,05</u>	<u>111.372,23</u>
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	15.043,56	18.928,96	33.972,52
Pessoal Próprio	34.385,62	43.014,09	77.399,71
Treinamentos/Congressos e Seminários	593,70	1.521,16	2.114,86
Viagens e Estadias	510,97	608,53	1.119,50
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	<u>6.253,58</u>	<u>7.579,36</u>	<u>13.832,94</u>
Auditoria	519,49	581,40	1.100,89
Assessoria Jurídica	787,30	858,22	1.645,52
Custódia e Controladoria	807,18	983,41	1.790,59
Luz Engenharia Ltda	1.466,88	1.633,85	3.100,73
Outras Consultorias	2.672,73	3.522,48	6.195,21
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	4.052,19	4.189,82	8.242,01
Amortizações e Depreciações	3.236,90	4.558,73	7.795,63
Tributos	468,72	468,72	937,44
A) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	64.545,24	80.869,37	145.414,61

Custo Global da Gestão

(Em R\$)

DESPESAS	1º Sem/14	2º Sem/14	12 meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	59.139,25	74.980,62	134.119,87
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	64.545,24	80.869,37	145.414,61
C) Total das Despesas Administrativas	123.684,49	155.849,99	279.534,48
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	36.146.802,73	41.641.158,81	38.893.980,77
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,16%	0,18%	0,34%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,18%	0,19%	0,37%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,34%	0,37%	0,72%

No exercício de 2014, o custo global de gestão do Plano de Benefícios II, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas dos Investimentos foi equivalente a 0,72% dos recursos garantidores sob gestão, sendo 0,34% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,37% o custo relativo à gestão de investimentos.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIAL

No que se refere à administração previdencial, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2014.

Despesas com a Administração Previdencial

DESPEASAS	1º Sem/14	2º Sem/14	12 Meses
Pessoal e Encargos	<u>818.985,10</u>	<u>970.680,18</u>	<u>1.789.665,28</u>
Diretoria	262.076,38	321.876,06	583.952,44
Pessoal Próprio	556.908,72	648.804,12	1.205.712,84
Treinamentos/Congressos e Seminários	<u>2.972,32</u>	<u>30.445,41</u>	<u>33.417,73</u>
Viagens e Estadias	<u>19.163,75</u>	<u>8.118,44</u>	<u>27.282,19</u>
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	<u>117.625,77</u>	<u>128.816,83</u>	<u>246.442,60</u>
Auditoria	10.454,25	10.739,76	21.194,01
Consultoria Jurídica	51.352,50	52.000,09	103.352,59
Consultoria Atuarial	40.637,85	41.679,12	82.316,97
Outras Consultorias	15.181,17	24.397,86	39.579,03
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	<u>71.392,81</u>	<u>66.555,71</u>	<u>137.948,52</u>
Amortizações e Depreciações	<u>12.568,34</u>	<u>14.659,77</u>	<u>27.228,11</u>
Tributos	<u>15.468,78</u>	<u>15.468,78</u>	<u>30.937,56</u>
Contingencial (PIS e COFINS)	<u>117.895,44</u>	<u>123.065,58</u>	<u>240.961,02</u>
Total das Despesas com a Administração Previdencial	<u>1.176.072,31</u>	<u>1.357.810,70</u>	<u>2.533.883,01</u>

CUSTOS COM A GESTÃO DE INVESTIMENTOS

No que se refere à administração de investimentos, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2014.

Despesas com a Administração de Investimentos

DESPEASAS	1º Sem/14	2º Sem/14	12 meses
Pessoal e Encargos	<u>994.283,90</u>	<u>1.143.317,19</u>	<u>2.137.601,09</u>
Diretoria	302.933,59	349.323,23	652.256,82
Pessoal Próprio	691.350,31	793.993,96	1.485.344,27
Treinamentos/Congressos e Seminários	<u>11.843,90</u>	<u>28.112,36</u>	<u>39.956,26</u>
Viagens e Estadias	<u>10.232,43</u>	<u>11.063,77</u>	<u>21.296,20</u>
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	<u>125.987,85</u>	<u>140.014,25</u>	<u>266.002,10</u>
Auditoria	10.454,19	10.739,70	21.193,89
Consultoria Jurídica	15.853,26	15.853,26	31.706,52
Custódia e Controladoria	16.240,54	18.172,32	34.412,86
Luz Engenharia Ltda	29.537,46	30.162,14	59.699,60
Outras Consultorias	53.902,40	65.086,83	118.989,23
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	<u>81.386,87</u>	<u>77.348,83</u>	<u>158.735,70</u>
Amortizações e Depreciações	<u>12.568,45</u>	<u>14.659,76</u>	<u>27.228,21</u>
Tributos	<u>15.468,72</u>	<u>15.468,72</u>	<u>30.937,44</u>
A) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	<u>1.251.772,12</u>	<u>1.429.984,88</u>	<u>2.681.757,00</u>

CUSTO GLOBAL DE GESTÃO

Total Despesas com Administração da Entidade

(Em R\$)

DESPESAS	1º Sem/14	2º Sem/14	12 meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.176.072,31	1.357.810,70	2.533.883,01
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.251.772,12	1.429.984,88	2.681.757,00
C) Total das Despesas Administrativas	2.427.844,43	2.787.795,58	5.215.640,01
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	712.361.622,65	740.189.143,27	726.275.382,96
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,17%	0,18%	0,35%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,18%	0,19%	0,37%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,34%	0,38%	0,72%

O custo global de gestão do ISBRE, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas de Investimento e das Despesas Administrativas Previdenciais foi, no exercício de 2014, equivalente a 0,72% do patrimônio médio sob gestão, sendo 0,35% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,37% referentes à gestão de investimentos.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO PGA

Em consonância com a Política de Investimentos aprovada para o exercício, a carteira de investimentos do Plano de Gestão Administrativa apresentava, em 31 de dezembro de 2014, a composição demonstrada a seguir, em relação aos recursos garantidores.

Distribuição dos Investimentos por Segmentos de Aplicação – PGA

Distribuição dos Investimentos por Segmento	Plano de Gestão Administrativa – PGA			
	Junho/14	Dezembro/14	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	87,20%	88,12%	100%	100%
Renda Variável	7,96%	7,11%	20%	70%
Investimentos Estruturados	4,70%	4,76%	12%	20%
Investimentos no Exterior ⁽¹⁾	0,14%	0,00%	2%	10%
Imóveis	0,00%	0,00%	0%	8%

(1) Os investimentos em ativos classificados no segmento de investimentos no exterior se restringem à eventual alocação, por parte dos Gestores dos Fundos de Investimento em Ações e Fundos Multimercado, em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de Companhia Aberta ou assemelhada com sede no exterior – Brazilian Depositary Receipts (BDR), conforme classificação estabelecida no art. 21 da Resolução CMN nº 3792/09 e suas alterações.

Composição da Carteira em Mercado

Em 31.12.2014, o Plano de Gestão Administrativa contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (Em R\$)	Participação
Segmento de Renda Fixa	2.586.361,01	88,39%
Fundos de Renda Fixa	1.821.181,14	62,24%
FI Minuano Renda Fixa	1.821.181,14	62,24%
Fundos Multimercado com Renda Variável	765.179,87	26,15%
BBM Charrua FI Multimercado	765.179,87	26,15%
Segmento de Renda Variável	142.398,32	4,87%
Fundos de Investimento em Ações – FIAs	142.398,32	4,87%
BTG Pactual Absoluto Institucional FIQFIA	62.327,67	2,13%
JGP Institucional FIA	56.082,52	1,92%
BBM Smid Caps Valor FICFIA	23.988,12	0,82%
Segmento de Investimentos Estruturados	197.200,97	6,74%
Fundos de Investimentos em Cotas FI	168.618,56	5,76%
BBM Aymoré FICFIM	168.618,56	5,76%
Fundos de Investimentos em Participações - FIPs	28.582,41	0,98%
Rio Bravo Energia I - FIP	28.582,41	0,98%
Total de Ativos da Carteira em Mercado	2.925.960,31	100,00%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-4,13	0,00%
Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado	38.859.190,82	100,00%

Performance dos Investimentos do PGA

A performance global dos investimentos do PGA no ano foi de 14,61%, o que corresponde a um desempenho equivalente a 129,6% da meta atuarial e a 135,2% do CDI do período.

Segmento	Plano de Gestão Administrativa - PGA		
	Rentabilidade em 2014	Referencial de Mercado/ Meta Atuarial	
		Índice	Varição em 2014
Renda Fixa	16,06%	IMA-B	14,54%
Renda Variável	1,74%	IBrX	-2,78%
Investimentos Estruturados	6,44%	IHFA	7,44%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	15,33%	Meta Atuarial	11,27%
TOTAL	14,61%		

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2015

A Política de Investimentos foi formulada pela Diretoria Executiva com o apoio técnico da equipe da área financeira e de investimentos, em conjunto com o Comitê de Investimentos. Em consonância com o que dispõe o Estatuto Social e a legislação vigente, essa política foi apreciada e aprovada pelo Conselho Deliberativo em reunião de 10.12.2014 e divulgada aos Participantes mediante publicação no portal do ISBRE.

A Política de Investimentos para 2015, a seguir sumariada, manterá a estratégia de gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios integrada de forma ativa com o passivo atuarial, associada ao permanente aperfeiçoamento das práticas de gestão e de controles internos.

Foram definidos os seguintes limites de alocação por segmento de aplicação de recursos, sendo admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de oportunidades de retorno quanto para proteção do patrimônio, observados, contudo, os limites legais por Plano.

Segmento	Plano de Benefícios I		
	Investimentos	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	81%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	20%	10%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	2%
Empréstimos a Participantes	Empréstimos	3%	2%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	12%	5%
Investimentos no Exterior	BDR	2%	0%

FI – Fundo de Investimento; FIA – Fundo de Investimento em Ações; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento; FIP – Fundo de Investimento em Participações; BDR – *Brazilian Depositary Receipts*.

Segmento	Plano de Benefícios II		
	Investimentos	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	77%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	20%	10%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	2%
Empréstimos a Participantes	Empréstimos	15%	6%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	12%	5%
Investimentos no Exterior	BDR	2%	0%

FI – Fundo de Investimento; FIA – Fundo de Investimento em Ações; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento; FIP – Fundo de Investimento em Participações; BDR – *Brazilian Depositary Receipts*.

Segmento	Plano de Gestão Administrativa - PGA		
	Investimentos	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	85%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	20%	10%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	12%	5%
Investimentos no Exterior	BDR	2%	0%

FI – Fundo de Investimento; FIA – Fundo de Investimento em Ações; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento; FIP – Fundo de Investimento em Participações; BDR – *Brazilian Depositary Receipts*.

Serão observados os seguintes limites na alocação por emissor:

Alocação por Emissor			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Tesouro Nacional	100,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira	4,00%	0,00%	0,00%
Companhia Aberta Com Registro na CVM	2,00%	0,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	10,00%	0,00%	0,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	10,00%	0,00%	0,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos estruturados	3,00%	0,00%	0,00%

Serão observados os seguintes limites na concentração por emissor:

Concentração por Emissor			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	15,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos no Exterior	25,00%	0,00%	0,00%

Além dos limites descritos na tabela acima, existem os seguintes limites adicionais:

1. a alocação em Fundos de Direitos Creditórios (FIDC) é permitida apenas naqueles com classificação mínima igual à AAA, limitados a 5% (cinco por cento) do patrimônio em cada FIDC;
2. a alocação em cotas de Fundos de Investimentos que investem em títulos de emissão de Companhias Securitizadas deverá respeitar a classificação de baixo risco de crédito, limitados a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
3. a alocação em fundos classificados como investimentos estruturados, excetuando-se os Fundos Multimercado, não deve ser superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

Serão observados os seguintes limites na concentração por investimentos:

Concentração por Investimentos			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% de uma Mesma Classe ou Série de Cotas de FIDC	5,00%	0,00%	0,00%

São os seguintes os *ratings* mínimos aplicáveis à avaliação de baixo risco de crédito, estando nominadas as agências classificadoras aceitas:

Rating Mínimo	Agência Classificadora de Risco		
	STANDARD & POORS	MOODYS	FITCHRATING
Baixo Risco de Crédito	AAA	Aaa	AAA
	AA+, AA, AA-	Aa1, Aa2, Aa3	AA+, AA, AA-
	A+, A, A-	A1, A2, A3	A+, A, A-

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I - BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em R\$ mil

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPONÍVEL	63	39	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.092	2.034
REALIZÁVEL	744.418	674.227	Gestão Previdencial	1.514	1.469
Gestão Previdencial	2.833	2.863	Gestão Administrativa	574	545
Gestão Administrativa	1.455	1.216	Investimentos	4	20
Investimentos	740.130	670.148	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	7.849	7.964
Ações	269	251	Gestão Previdencial	6.414	6.770
Fundos de Investimento	714.562	645.281	Gestão Administrativa	1.435	1.194
Investimentos Imobiliários	14.883	14.872	PATRIMÔNIO SOCIAL	734.755	664.398
Empréstimos	10.388	9.716	Patrimônio de Cobertura do Plano	724.979	654.450
Depósitos Judiciais	28	28	Provisões Matemáticas	689.790	644.478
PERMANENTE	215	130	Benefícios Concedidos	431.451	401.992
Imobilizado	60	77	Benefícios a Conceder	258.339	242.486
Intangível	155	51	Equilíbrio do Plano	35.189	9.972
Diferido	-	2	Resultados Realizados	35.189	9.972
			Superávit Técnico Acumulado	35.189	9.972
			Fundos	9.776	9.948
			Fundo Previdencial	7.188	7.326
			Fundo Administrativo	2.588	2.622
TOTAL DO ATIVO	744.696	674.396	TOTAL DO PASSIVO	744.696	674.396

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	664.398	679.337	(2,20)
1. Adições	116.616	29.368	297,09
(+) Contribuições Previdenciais	19.374	18.105	7,01
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	92.060	6.635	1.287,49
(+) Receitas Administrativas	4.788	4.600	4,09
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	394	28	1.307,14
2. Destinações	(46.259)	(44.307)	4,41
(-) Benefícios	(40.622)	(37.510)	8,30
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(421)	(1.987)	(78,81)
(-) Despesas Administrativas	(4.975)	(4.595)	8,27
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(241)	(215)	12,09
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	70.357	(14.939)	(570,96)
(+/-) Provisões Matemáticas	45.312	29.429	53,97
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	25.217	(44.354)	(156,85)
(+/-) Fundos Previdenciais	(138)	168	(182,14)
(+/-) Fundos Administrativos	(34)	(182)	(81,32)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	734.755	664.398	10,59

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em R\$ mil

	Descrição	Exercício	Exercício	Variação
		Atual	Anterior	%
	A) Ativo Líquido - Início do Exercício	630.788	650.825	(3,08)
	1. Adições	102.057	20.563	396,31
(+)	Contribuições Previdenciais	14.847	14.466	2,63
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	87.210	6.097	1.330,38
	2. Destinações	(42.319)	(40.600)	4,23
(-)	Benefícios	(40.497)	(37.312)	8,54
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(421)	(1.987)	(78,81)
(-)	Custeio Administrativo	(1.401)	(1.301)	7,69
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	59.738	(20.037)	(398,14)
(+/-)	Provisões Matemáticas	35.904	24.778	44,90
(+/-)	Fundos Previdenciais	(1.371)	(465)	194,84
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	25.206	(44.350)	(156,83)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	690.526	630.788	9,47
	C) Fundos não Previdenciais	1.176	1.144	2,80
(+/-)	Fundo Administrativo	1.176	1.144	2,80

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em R\$ mil

	Descrição	Exercício	Exercício	Variação
		Atual	Anterior	%
	A) Ativo Líquido - Início do Exercício	30.988	25.707	20,54
	1. Adições	10.778	5.478	96,75
(+)	Contribuições Previdenciais	5.928	4.940	20,00
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.850	538	801,49
	2. Destinações	(125)	(197)	(36,55)
(-)	Benefícios	(125)	(197)	(36,55)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	10.653	5.281	101,72
(+/-)	Provisões Matemáticas	9.409	4.651	102,30
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.233	633	94,79
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	11	(4)	(375,00)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	41.641	30.988	34,38
	C) Fundos não Previdenciais	1.412	1.478	(4,47)
(+/-)	Fundo Administrativo	1.412	1.478	(4,47)

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	699.633	640.190	9,29
Disponível	59	37	59,46
Recebível	4.010	4.007	0,07
Investimento	695.564	636.146	9,34
Ações	253	239	5,86
Fundos de Investimento	672.777	613.649	9,64
Investimentos Imobiliários	14.348	14.337	0,08
Empréstimos	8.159	7.894	3,36
Depósitos Judiciais	27	27	-
2. Obrigações	7.931	8.258	(3,96)
Operacional	1.517	1.488	1,95
Contingencial	6.414	6.770	(5,26)
3. Fundos não Previdenciais	1.176	1.144	2,80
Fundo Administrativo	1.176	1.144	2,80
4. Ativo Líquido (1-2-3)	690.526	630.788	9,47
Provisões Matemáticas	652.771	616.868	5,82
Superávit/Déficit Técnico	35.178	9.972	252,77
Fundos Previdenciais	2.577	3.948	(34,73)

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	43.054	32.467	32,61
Disponível	3	2	50,00
Recebível	1.412	1.478	(4,47)
Investimento	41.639	30.987	34,38
Ações	15	11	36,36
Fundos de Investimento	38.859	28.618	35,79
Investimentos Imobiliários	535	535	-
Empréstimos	2.229	1.822	22,34
Depósitos Judiciais	1	1	-
2. Obrigações	1	1	-
Operacional	1	1	-
3. Fundos não Previdenciais	1.412	1.478	(4,47)
Fundo Administrativo	1.412	1.478	(4,47)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	41.641	30.988	34,38
Provisões Matemáticas	37.019	27.610	34,08
Superávit/Déficit Técnico	11	-	
Fundos Previdenciais	4.611	3.378	36,50

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em R\$ mil

Descrição	Exercício	Exercício	Variação
	Atual	Anterior	%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.622	2.804	(6,49)
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.182	4.628	11,97
1.1. Receitas	5.182	4.628	11,97
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.401	1.301	7,69
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.387	3.299	2,67
Resultado Positivo dos Investimentos	394	28	1.307,14
2. Despesas Administrativas	5.216	4.810	8,44
2.1. Administração Previdencial	2.534	2.349	7,88
Pessoal e Encargos	1.790	1.680	6,55
Treinamentos/Congressos e Seminários	33	14	135,71
Viagens e Estádias	27	18	50,00
Serviços de Terceiros	247	239	3,35
Despesas Gerais	138	157	(12,10)
Depreciações e Amortizações	27	26	3,85
Tributos	31	-	
Contingências	241	215	12,09
2.2. Administração dos Investimentos	2.682	2.461	8,98
Pessoal e Encargos	2.138	1.968	8,64
Treinamentos/Congressos e Seminários	40	31	29,03
Viagens e Estádias	21	13	61,54
Serviços de Terceiros	266	249	6,83
Despesas Gerais	159	174	(8,62)
Depreciações e Amortizações	27	26	3,85
Tributos	31	-	
3. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(34)	(182)	(81,32)
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	(34)	(182)	(81,32)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	2.588	2.622	(1,30)

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em R\$ mil

Descrição	Exercício	Exercício	Variação
	Atual	Anterior	%
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	698.457	639.046	9,30
1. Provisões Matemáticas	652.771	616.868	5,82
1.1. Benefícios Concedidos	431.101	401.656	7,33
Benefício Definido	431.101	401.656	7,33
1.2. Benefício a Conceder	221.670	215.212	3,00
Benefício Definido	221.670	215.212	3,00
2. Equilíbrio Técnico	35.178	9.972	252,77
2.1. Resultados Realizados	35.178	9.972	252,77
Superávit técnico acumulado	35.178	9.972	252,77
3. Fundos	2.577	3.948	(34,73)
3.1 Fundos Previdenciais	2.577	3.948	(34,73)
4. Exigível Operacional	1.517	1.488	1,95
4.1 Gestão Previdencial	1.514	1.488	1,75
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	3	-	
5. Exigível Contingencial	6.414	6.770	(5,26)
5.1 Gestão Previdencial	6.414	6.770	(5,26)

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em R\$ mil

Descrição	Exercício	Exercício	Varição
	Atual	Anterior	%
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2 + 3 + 4)	41.642	30.989	34,38
1. Provisões Matemáticas	37.019	27.610	34,08
1.1. Benefícios Concedidos	350	336	4,17
Benefício Definido	350	336	4,17
1.2. Benefício a Conceder	36.669	27.274	34,45
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	15.303	11.430	33,88
Saldo de contas - parcela participantes	21.366	15.844	34,85
2. Equilíbrio Técnico	11	-	
2.1. Resultados Realizados	11	-	
Superávit técnico acumulado	11	-	
3. Fundos	4.611	3.378	36,50
3.1 Fundos Previdenciais	4.611	3.378	36,50
4. Exigível Operacional	1	1	-
4.1 Gestão Previdencial	-	1	(100,00)
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	1	-	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja atividade é regulada pelas Leis Complementares nºs. 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, bem como pelas normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, no que se refere às questões de natureza previdenciária e administrativa, e pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, nos aspectos relativos à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios.

O ISBRE tem como objetivo estatutário o pagamento de benefícios suplementares, ou assemelhados, às prestações asseguradas pela Previdência Oficial (Regime Geral da Previdência Social) aos grupos familiares dos empregados do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e do próprio ISBRE, na forma prevista nos regulamentos dos planos de benefícios por ele administrados.

Para a consecução desse objetivo, o ISBRE dispõe de recursos financeiros oriundos das contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, bem como das receitas decorrentes das aplicações desses recursos.

O ISBRE administra dois planos de benefícios distintos: o Plano de Benefícios I, de modalidade Benefício Definido – BD e o Plano de Benefícios II, na modalidade de Contribuição Variável – CV. Os planos de benefícios são registrados na PREVIC sob os seguintes números de Cadastro Nacional de Plano de Benefício (CNPB):

CNPB	Sigla do Plano
1979001219	Plano de Benefícios I
2001002483	Plano de Benefícios II

Na tabela a seguir demonstramos a evolução dos participantes, por planos de benefícios e no total, nos últimos cinco anos.

Ano	Plano de Benefício I				Plano de Benefício II				Total Geral
	Ativos	BPD(1)	Assistidos	Total PB I	Ativos	BPD(1)	Assistidos	Total PB II	
2010	229	-	366	595	242	-	3	245	840
2011	220	1	372	593	250	-	3	253	846
2012	211	1	374	586	279	-	3	282	868
2013	198	2	382	582	299	1	3	303	885
2014	192	-	387	579	315	1	3	319	898

(1) Benefício Proporcional Diferido

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis de 2014 e 2013 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – (CNPC), ex-Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC e pela Secretaria da Previdência Complementar – SPC, hoje denominada Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, dentre estas, em especial, a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, da SPC. A Resolução CNPC nº. 8, determina que as Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem elaboradas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, serão compostas pelo Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS Consolidada, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios– DAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano – DPT, por plano de benefício previdencial.

2.1 Consolidação das Demonstrações

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011 e a Resolução CFC n.º. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 (ITG 2001 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar).

No processo de consolidação das demonstrações contábeis do **ISBRE** foram realizadas as seguintes eliminações no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Ativo	Em milhares de reais		
	PB I	PB II	CONSOLIDADO
Gestão administrativa - participação no PGA	1.176	1.412	(2.588)
	1.176	1.412	(2.588)
Passivo			
Fundos - participação no fundo administrativo	(1.176)	(1.412)	2.588
	(1.176)	(1.412)	2.588

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas estão a seguir descritas.

3.1 ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL E ADMINISTRATIVA

São apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

3.2 ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

a) Renda fixa e renda variável

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar, por meio da Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC n.º 22, de 25 de setembro de 2006, estabeleceu critérios para o registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, segundo as duas categorias, a saber:

Títulos para negociação - Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

b) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, os quais são ajustados periodicamente por reavaliações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente dos imóveis fixados em seus respectivos laudos de avaliação/reavaliação.

Os imóveis são reavaliados periodicamente, de acordo com a legislação vigente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com o resultado.

c) Operações com Participantes

Referem-se a empréstimos concedidos a participantes, registrados ao valor concedido, acrescido dos rendimentos dos respectivos contratos auferidos até a data do balanço.

3.3 ATIVO PERMANENTE

Os bens do Imobilizado encontram-se demonstrados pelo respectivo custo de aquisição, ajustado pelas movimentações de aquisições e baixas no período e pelas depreciações calculadas pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na Nota 6.

O Intangível e o Diferido são demonstrados pelo custo de aquisição dos *softwares*, ajustado pelas aquisições e baixas no período e pelas amortizações calculadas pelo método linear, com base na taxa de 20% ao ano.

3.4 EXIGÍVEL OPERACIONAL

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.5 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As contas sujeitas a estimativas tiveram seu valor apurado a partir de fatores objetivos e subjetivos, estes últimos com base no julgamento da Administração sobre a sua adequação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem basicamente os passivos relacionados a reservas matemáticas e contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.6 RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios, exceto para as contribuições referentes ao 13º salário dos ativos e abono anual dos inativos. Conforme estabelece o Anexo B da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e o item 8.2 do Anexo C da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a partir do corrente exercício as contribuições referentes ao 13º salário dos ativos e o abono anual dos inativos, tanto do Plano e Benefícios I (BD) como do Plano de Benefícios II (CV) estão registradas pelo regime de caixa. Registre-se ainda, que, para fins do que estabelece o Anexo B da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as contribuições dos participantes assistidos relativas ao PB I estão incluídas no cálculo das Reservas Matemáticas.

3.7 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas do ISBRE são suportadas por contribuições específicas, denominadas taxas de administração e/ou de carregamento, as quais são estabelecidas anualmente pelo Conselho Deliberativo da Fundação com base nos resultados da Avaliação Atuarial, e pelo Fundo Administrativo, formado com eventuais saldos positivos obtidos das diferenças entre os custos imputados pelas referidas taxas e o dispêndio efetivo.

3.8 TRANSFERÊNCIAS E FLUXO DE RECURSOS

Os critérios utilizados nas transferências interplanos e o fluxo de valores entre a Gestão Previdencial e Administrativa e os Investimentos, foram:

a) Gestão Previdencial

Recebe fluxo de recursos do resultado dos investimentos, deduzido o valor transferido para custear as despesas administrativas dos investimentos e transfere recursos para o Plano de Gestão Administrativa para o custeio da administração previdencial.

b) Gestão Administrativa

Recebe recursos transferidos da Gestão Previdencial dos planos de benefícios para cobertura de despesas administrativas, conforme previsto Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo. Recebe ainda, valores transferidos dos investimentos dos planos de benefícios, referente aos recursos para cobertura das despesas administrativas dos mesmos, além do resultado dos investimentos do Fundo Administrativo.

c) Investimentos

As receitas dos investimentos mensais líquidas de cada plano de benefícios, depois de deduzido o valor da taxa de administração dos investimentos, são enviadas para a Gestão Previdencial. Já o resultado dos investimentos administrativos é transferido para o Plano de Gestão Administrativa.

4. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Descrição	Em milhares de reais	
	2014	2013
Depósitos Judiciais	2.574	2.562
Depósitos Recursais	259	301
	<u>2.833</u>	<u>2.863</u>

Os valores demonstrados acima se referem a depósitos para garantia de execução e interpor recursos das ações judiciais movidas por participantes contra o ISBRE.

5. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Descrição	Em milhares de reais	
	2014	2013
Créditos Privados e Depósitos		
CDB	1.728	1.728
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.728)	(1.728)
	<u>-</u>	<u>-</u>
Ações		
Carteira Própria	269	251
	<u>269</u>	<u>251</u>
Fundos de Investimentos		
Renda Fixa	444.759	247.805
Ações	34.776	37.085
Multimercado	228.047	353.257
Participações	6.980	7.134
	<u>714.562</u>	<u>645.281</u>
Investimentos Imobiliários		
Aluguéis para Renda		
Edificações Locadas ao Patrocinador	4.201	4.331
Edificações Locadas a Terceiros	-	82
	<u>4.201</u>	<u>4.413</u>
Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários	10.682	10.459
	<u>10.682</u>	<u>10.459</u>
	<u>14.883</u>	<u>14.872</u>
Operações com Participantes		
Empréstimos Simples	10.388	9.716
	<u>10.388</u>	<u>9.716</u>
Depósitos Judiciais / Recursais		
Depósitos Judiciais	28	28
	<u>28</u>	<u>28</u>
	<u>740.130</u>	<u>670.148</u>

O atual Custodiante do ISBRE é o Banco Itaú S.A., o qual é também responsável pela prestação de serviços de controladoria e precificação dos fundos de investimentos, pela elaboração do Demonstrativo de Investimentos (DI) e pelo cálculo das cotas dos segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável.

5.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa registra os valores necessários para cobrir os riscos de perda referentes a aplicações financeiras, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009.

5.2 Ações (Carteira Própria)

Na Carteira Própria (Ações – Mercado à Vista) estão registrados os valores referentes ao saldo de ações atualmente sem negociação em Bolsa de Valores, precificadas pelo seu valor patrimonial. As demais aplicações em Renda Variável, conforme a Política de Investimentos do ISBRE são feitas via Fundos de Investimento.

5.3 Fundos de Investimentos

5.3.1 Gestão de Investimentos

Atualmente, a estrutura operacional de gestão dos recursos em mercado está composta da seguinte forma:

Fundos	Gestor	Em milhares de reais	
		2014	2013
Fundos Exclusivos			
Renda Fixa			
Minuano FI Renda Fixa	Votorantim Asset Management	444.759	247.805
		444.759	247.805
Multimercado			
BBM Aymoré FICFI Multimercado	BBM Administradora de Recursos DTVM S.A.	41.179	38.109
Banrisul Guarani FI Multimercado	Banrisul S.A.	-	128.615
BBM FI Charrua Multimercado	BBM Administradora de Recursos DTVM S.A.	186.868	186.533
		228.047	353.257
Fundos Abertos			
Ações			
BBM Smid Caps Valor FIC Ações	BBM Administradora de Recursos DTVM S.A.	5.858	8.730
FT Valor e Liquidez FIA	Franklin Templeton Investimentos (Brasil) Ltda	-	6.958
BTG Pactual Absoluto Institucional FIC Ações	BTG Pactual Gestora de Recursos	15.222	10.715
JGP Institucional FI Ações	JGP Gestão de Recursos Ltda	13.696	10.682
		34.776	37.085
Participações			
Fundo de Participações Rio Bravo Energia I	Rio Bravo Investimentos Ltda	6.980	7.134
		6.980	7.134
		714.562	645.281

5.3.2 Classificação dos Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários do ISBRE em 31 de dezembro de 2014 estão registrados e classificados como demonstrado abaixo:

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais
			Faixas de vencimento
Renda Fixa			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
NTN-B	250.706	280.625	acima de 360 dias
Títulos Compromissados (Over)	148.773	148.838	indeterminado
Fundo de Ações	20.017	21.974	indeterminado
	419.496	451.437	
Títulos mantidos até o vencimento (valor de curva)			
NTN-B	148.630	179.998	acima de 360 dias
	148.630	179.998	
Contas a Pagar/Receber	-	148	
Tesouraria	-	43	
Total Renda Fixa	568.126	631.626	

NTN-B – Nota do Tesouro Nacional, série B

Com referência aos títulos a serem mantidos até o vencimento, o ISBRE possui capacidade financeira para mantê-los em carteira até o seu resgate. Em 31 de dezembro de 2014, o valor de avaliação a preço de mercado, desses mesmos títulos, é de R\$ 178.864 mil.

5.4 Investimentos Imobiliários

5.4.1 Edificações Locadas ao Patrocinador e a Terceiros

Os valores dos Investimentos Imobiliários encontram-se demonstrados pelo custo de aquisição dos bens, ajustados pelas movimentações de aquisições e vendas durante o exercício, além das reavaliações e depreciações.

Os valores das edificações são depreciados pela vida útil remanescente indicada nos respectivos Laudos de Avaliação.

5.4.2 Alienação de Imóveis

Com a rescisão do contrato de compra e venda entre ISBRE e Delmar José Tarrasconi, conforme decisão do processo 0401281-20.2007.8.21.0001 da 16ª Vara Cível de Porto Alegre, o ISBRE voltou a ser o proprietário das salas 201 a 212 e 214 a 224 da Galeria do Rosário, em Porto Alegre, entretanto, os usuários destes imóveis permaneceram com a posse. Para evitarmos novas demandas judiciais, certamente demoradas e gravosas para a Fundação, no decorrer do exercício de 2012, conforme autorizado pelo Conselho Deliberativo, passamos a negociar estas salas preferencialmente com os próprios ocupantes ou, eventualmente, alienando imóveis ocupados, ficando a desocupação a cargo dos adquirentes.

A sala 208 da Galeria do Rosário, em Porto Alegre, vendida em dezembro de 2012, foi escriturada no decorrer do ano de 2014. No corrente exercício, foram vendidas ainda, as salas 205, 214 e 218 do mesmo imóvel. As salas 205 e 214 foram vendidas à vista e a sala 218 através de financiamento da Caixa Econômica Federal, estando atualmente em fase de averbação no registro de imóveis. Após a averbação o valor será liberado pela Caixa Econômica Federal.

5.4.3 Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários

Demonstra os saldos das operações de venda de imóveis realizadas a prazo, os quais são corrigidos pela variação dos índices de inflação e juros convencionados nos respectivos Contratos de Promessa de Compra e Venda e/ou Escrituras.

<u>Imóvel</u>	<u>Correção do contrato</u>	Em milhares de reais	
		<u>2014</u>	<u>2013</u>
João Gualberto, 530/570	INPC + juros de 6% ao ano	10.173	9.918
Félix da Cunha, 610, Pelotas - RS	INPC + juros de 6% ao ano	424	540
Galeria do Rosário – sala 216	Juros de 1% ao mês	-	1
Galeria do Rosário - sala 218	Aguarda liberação recursos CEF	85	-
		<u>10.682</u>	<u>10.459</u>

5.4.4 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Estão provisionados os seguintes valores necessários para cobrir os riscos de perda relativos a aluguel e venda de imóveis a prazo, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009.

<u>Imóvel</u>	<u>Descrição</u>	Em milhares de reais	
		<u>2014</u>	<u>2013</u>
São Luiz, 77 (1)	Multa rescisória	(621)	(621)
		<u>(621)</u>	<u>(621)</u>

(1) Em cobrança judicial.

5.5 Operações com Participantes

Esta conta registra o saldo dos empréstimos concedidos aos Participantes Ativos e Assistidos do ISBRE, em consignação. Os encargos financeiros praticados encontram-se explicitados nos respectivos instrumentos contratuais e são apropriados mensalmente ao resultado.

Indexador	Juros	Em milhares de reais	
		2014	2013
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	9%	-	6
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	8%	1	20
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	7,5%	80	172
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	7%	1.744	3.483
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	6%	8.563	6.035
		10.388	9.716

6. ATIVO PERMANENTE

Descrição	Taxas depreciação -%a.a.	Em milhares de reais	
		2014	2013
Imobilizado			
Móveis e Utensílios	10%	19	20
Máquinas e Equipamentos	10%	41	35
Direitos de Uso de Telefones		2	2
Computadores e Periféricos	20%	166	185
Depreciação Acumulada		(168)	(165)
		60	77
Intangível			
Software	20%	227	97
Benfeitorias	20%	3	3
Depreciação		(75)	(49)
		155	51
Diferido			
Software	20%	73	95
Benfeitorias	20%	109	109
Depreciação Acumulada		(182)	(202)
		-	2
		215	130

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

7.1 Gestão Previdencial

Além do saldo da provisão do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre benefícios pagos em dezembro do corrente exercício e que será recolhido em janeiro de 2015, esta conta registra o saldo de pecúlio e valores devidos a patrocinadora referentes a liquidação de ações judiciais de participantes.

7.2 Gestão Administrativa

Demonstra os valores da provisão dos encargos sociais e fiscais referentes ao 13º salário e a folha de pagamento do mês de dezembro do corrente ano, além das provisões trabalhistas e outros valores a pagar conhecidos ou calculáveis até 31 de dezembro de 2014.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

8.1 Gestão Previdencial

As provisões contingenciais previdenciais passivas foram calculadas conforme a Resolução CFC nº 1.180/09, isto é, as ações judiciais que no entendimento das consultorias jurídicas representam risco de perda provável foram contabilizadas. Aquelas classificadas como possível perda não foram contabilizadas e estão divulgadas nesta Nota Explicativa.

As contingências são classificadas como prováveis quando a chance do evento ocorrer é maior que 50%, e, como possível, quando o evento tem probabilidade menor do que 50% de ocorrer.

Descrição	2014	Em milhares de reais	
		2014	2013
Provável (contabilizada)	6.414		6.770
Possível (não contabilizada)	1.224		3.623
	7.638		10.393

Os valores acima demonstram o impacto financeiro passado de cada ação em 31/12/2014, considerando 50% da probabilidade de cobrar a contribuição tanto do patrocinador como do participante.

8.2 Gestão Administrativa

Na área administrativa, o saldo de R\$ 1.435 mil (2013: R\$ 1.194 mil) representa a provisão relativa a ação judicial movida pelo ISBRE contra a Receita Federal do Brasil para recuperar pagamentos de PIS/PASEP e COFINS julgados indevidos. Conservadoramente, o ISBRE optou por fazer depósito judicial das contribuições tidas como devidas pela Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2014, os valores depositados em juízo somam R\$ 1.412 mil (2013: R\$ 1.174 mil).

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1 Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas em bases atuariais e encontram-se fundamentadas em parecer atuarial específico para cada plano de benefícios. As hipóteses e premissas atuariais adotadas estão detalhadamente descritas nos pareceres atuariais emitidos pela consultoria atuarial do ISBRE, Mirador Assessoria Atuarial Ltda..

O passivo atuarial, que é expresso pelas Provisões Matemáticas, está composto da seguinte forma:

Plano I – Benefício Definido

Descrição	Em milhares de reais	
	2014	2013
Benefícios Concedidos		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	392.752	353.533
Encargos Futuros	485.989	441.935
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(46.618)	(44.201)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(46.619)	(44.201)
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados -	38.349	48.123
Encargos Futuros	47.656	55.547
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(4.653)	(3.712)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(4.654)	(3.712)
	431.101	401.656
Benefícios a Conceder		
Benefício Definido Estruturado Regime de Capitalização		
Programada	221.035	211.838
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	277.430	262.248
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(28.197)	(25.205)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(28.198)	(25.205)
Benefícios Definido Estruturado Regime de Capitalização não		
Programada	635	3.374
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	775	8.290
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(70)	(2.458)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(70)	(2.458)
	221.670	215.212
	652.771	616.868
Plano II – Contribuição Variável		
Descrição	2014	2013
Benefícios Concedidos		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	350	336
Encargos Futuros	350	336
Benefícios a Conceder		
Saldo de Contas – Parcelas Patrocinadoras	15.303	11.430
Saldo de Contas – Parcelas Participantes	21.366	15.844
	36.669	27.274
	37.019	27.610
Total Consolidado (PB I + PB II)	689.790	644.478

9.2 Equilíbrio Técnico

O Superávit Técnico Acumulado do Plano de Benefícios I totalizou no final de 2014 R\$ 35.178 mil (2013: R\$ 9.972 mil), aumentando em R\$ 25.206 mil em função de superávit no exercício.

O Plano de Benefícios II, devido a quase totalidade de seu passivo atualizado pela variação dos ativos (cota do plano) apresentou pequeno superávit (R\$ 11 mil) (2013: equilíbrio técnico).

9.3 Fundos

9.3.1 Fundos Previdenciais

No Plano de Benefícios I, o Fundo Previdencial registra os valores tidos como necessários para suportar o impacto provável, nas Provisões Matemáticas (reservas), decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de mudanças nos avanços da carreira realizados pelo Patrocinador em 1994 (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes.

O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômico-financeiras e demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando ainda as probabilidades de ocorrência de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

No Plano de Benefícios II, os Fundos Previdenciais de Variações Atuariais e de Benefícios de Risco estão constituídos com base nas regras e disposições regulamentares.

O quadro a seguir demonstra a composição do Fundo Previdencial de cada Plano.

Descrição	2014			Em milhares de reais		
	Plano I – BD	Plano II – CV	Consolidado	Plano I – BD	Plano II – CV	Consolidado
Fundos Previdenciais						
Variações Atuariais	-	240	240	-	202	202
Benefício de Risco	-	4.371	4.371	-	3.176	3.176
Fundo Previdencial	<u>2.577</u>	<u>-</u>	<u>2.577</u>	<u>3.948</u>	<u>-</u>	<u>3.948</u>
	<u>2.577</u>	<u>4.611</u>	<u>7.188</u>	<u>3.948</u>	<u>3.378</u>	<u>7.326</u>

9.3.2 Fundo Administrativo

Para o Plano de Benefício I, a despesa administrativa é suportada pela receita de contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, até o limite de 9% destas, além de taxa administrativa de 0,50% ao ano sobre o montante dos recursos garantidores e pelos rendimentos do Fundo Administrativo do plano. Havendo sobras ou insuficiência, entre este valor e a despesa administrativa realizada, as mesmas são suportadas pelo Fundo Administrativo, o qual, em 31 de dezembro de 2014, acumula um saldo de R\$ 1.176 mil (2013: R\$ 1.144 mil).

Para o Plano de Benefícios II, toda despesa administrativa do ano foi suportada pelo Fundo Administrativo, o qual em 31 de dezembro de 2014 acumula um saldo de R\$ 1.412 mil (2013: R\$ 1.478 mil).

10. RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Para o rateio das despesas administrativas comuns aos Planos de Benefícios I (BD) e II (CV) foi adotado o seguinte critério, constante no regulamento do PGA:

- Pessoal e Encargos

Constitui Despesa Administrativa Previdencial o custo total dos funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área previdencial, inclusive a Gerência Administrativa e de Previdência. São Despesas Administrativas de Investimento os dispêndios totais com os funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área de investimentos, inclusive a Gerência Financeira e de Investimentos. As demais áreas, como Contabilidade, Tesouraria, Informática, Secretaria e RH, têm seu custo total rateado na razão de 50% para a Área Administrativa e 50% para a Área de Investimentos.

- Serviços de Terceiros

Constituem Despesas Administrativas Previdenciais os serviços prestados exclusivamente para a Área Previdencial, tais como as consultorias atuariais. Por sua vez, são Despesas Administrativas de Investimentos os serviços prestados exclusivamente para a Área de Investimentos, tais como consultorias de investimentos, custódia de valores e outros diretamente relacionados com os investimentos. As demais despesas com serviços de terceiros, comuns à Administração Previdencial e de Investimentos, tais como

serviços jurídicos, auditoria externa e outros, têm seu custo total rateado na razão de 50% para cada uma das áreas.

- Despesas Gerais

As Despesas Gerais, tais como Treinamento, Viagens e Assinaturas e Mensalidades são alocadas nas respectivas áreas conforme o objetivo do treinamento, viagem ou assinatura. As despesas comuns, tais como Aluguel, Condomínio, Luz e Telefone, entre outras, são rateadas na razão de 50% para a Administração Previdencial e 50% para a Área de Investimentos.

- Rateio entre PB I e PB II

As despesas administrativas específicas são alocadas diretamente a cada plano e as despesas administrativas comuns são rateadas para cada plano de benefícios proporcionalmente ao patrimônio do mesmo.

11. TRANSFERÊNCIAS

11.1 Transferências Interplanos

Conforme estabelece a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a qual entrou em vigor a partir de 16 de dezembro de 2011, e Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, foi constituído o Plano de Gestão Administrativa – PGA. O regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE em 08 de dezembro de 2009, estabelece que esse órgão deliberativo, na aprovação do Orçamento e do Plano de Custeio Anual, indica as fontes de custeio para o PGA.

Para o exercício de 2014, o Conselho Deliberativo estabeleceu as seguintes fontes de custeio para as despesas administrativas com administração previdencial e de investimentos da entidade: PB I, taxa de carregamento de 9% das contribuições dos Patrocinadores e Participantes e taxa de administração de 0,50% a.a. sobre os Recursos Garantidores. Para o PB II, foi estabelecido que o custeio de toda a despesa administrativa, seria custeada pelo Fundo Administrativo.

Abaixo demonstramos o total das despesas com a gestão da entidade e as transferências de recursos ente os planos de benefícios I e II para o PGA, bem como a constituição ou reversão de Fundo Administrativo.

Descrição	2014	2013
Plano de Benefícios I		
Despesa Administrativa no exercício	(4.936)	(4.597)
Carregamento (transferência 9% contribuições p/ PGA)	1.401	1.302
Taxa Administrativa (transferência 0,50% dos Recursos Garantidores para o PGA)	3.387	3.299
Rendimento do Fundo Administrativo	181	12
Reversão/(Constituição) de Fundo Administrativo	(33)	(16)
Plano de Benefícios II		
Despesa Administrativa	(280)	(213)
Carregamento (transferência 9% contribuições para o PGA)	-	-
Taxa Administrativa (transferência 0,50% dos Recursos Garantidores para o PGA)	-	-
Rendimento do Fundo Administrativo	213	16
Reversão/(Constituição) de Fundo Administrativo	67	197

11.2 Fluxos dos Investimentos

Após deduzido o custo com a gestão, o resultado dos investimentos de cada plano foi transferido para a Gestão Previdencial, sendo R\$ 87.210 mil (2013: 6.097 mil) para o Plano de Benefícios I e R\$ 4.850 mil (2013: 538 mil) para o Plano de Benefícios II.

11.3 Destinação dos Resultados

Por fim, após apuração do resultado do Programa Previdencial do Plano de Benefícios I – superávit de R\$ 25.206 mil (2013: déficit de R\$ 44.350 mil), este foi transferido para o Passivo na conta Superávit Técnico, que em dezembro de 2014 chegou ao montante de R\$ 35.178 mil (2013: R\$ 9.972 mil).

O Plano de Benefícios II, por sua vez, apresentou, no exercício, superávit de R\$ 11 mil (2013: equilíbrio técnico).

12. SEGREGAÇÃO CONTÁBIL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Exceto os Empréstimos a Participantes que, conforme o artigo 40 do anexo à Resolução 3.792 do Conselho Monetário Nacional, de 24 de setembro de 2009, deve ser objeto de segregação real (registrados diretamente em cada Plano de Benefícios) e o segmento de imóveis que a partir do exercício de 2013 passaram a fazer segregação real, para os demais ativos, conforme o item 9.1 do Anexo C da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a segregação contábil dos planos, foi feita utilizando-se o método da “Gestão Compartilhada dos Investimentos”, contabilizando-se os recursos primários (contribuições recebidas e benefícios pagos) diretamente nos Planos de Benefícios, e os recursos secundários, comuns aos planos, pela proporcionalidade do patrimônio de cada plano. A seguir demonstramos a segregação dos Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Descrição	Em milhares de reais							
	2014				2013			
	Plano I - BD	Plano II - CV	PGA	Consoli- dado	Plano I – BD	Plano II – CV	PGA	Consoli- dado
Ativo								
Disponível	60	3	-	63	37	2	-	39
Realizável	698.397	41.639	4.382	744.418	639.009	30.988	4.230	674.227
Previdencial	2.833	-	-	2.833	2.863	-	-	2.863
Administrativo	-	-	1.455	1.455	-	-	1.216	1.216
Investimentos	695.564	41.639	2.927	740.130	636.146	30.988	3.014	670.148
Permanente	-	-	215	215	-	-	130	130
	698.457	41.642	4.597	744.696	639.046	30.990	4.360	674.396
Passivo								
Exigível								
Operacional	1.517	1	574	2.092	1.488	2	544	2.034
Previdencial	1.514	-	-	1.514	1.469	1	-	1.470
Administrativo	-	-	574	574	-	-	544	544
Investimentos	3	1	-	4	19	1	-	20
Exigível	6.414	-	1.435	7.849	6.770	-	1.194	7.964
Contingencial	6.414	-	-	6.414	6.770	-	-	6.770
Previdencial	6.414	-	-	6.414	6.770	-	-	6.770
Administrativo	-	-	1.435	1.435	-	-	1.194	1.194
Patrimônio								
Social	690.526	41.641	2.588	734.755	630.788	30.988	2.622	664.398
Patrimônio								
Cobertura Plano	687.949	37.030	-	724.979	626.840	27.610	-	654.450
Provisões								
Matemáticas	652.771	37.019	-	689.790	616.868	27.610	-	644.478
Benefícios								
Concedidos	431.101	350	-	431.451	401.656	336	-	401.992
Benefícios a								
Conceder	221.670	36.669	-	258.339	215.212	27.274	-	242.486
Equilíbrio								
Técnico	35.178	11	-	35.189	9.972	-	-	9.972
Fundos	2.577	4.611	2.588	9.776	3.948	3.378	2.622	9.948
Previdencial	2.577	4.611	-	7.188	3.948	3.378	-	7.326
Administrativo	-	-	-	2.588	-	-	-	2.622
PB I	-	-	1.176	-	-	-	1.144	-
PB II	-	-	1.412	-	-	-	1.478	-
	698.457	41.642	4.597	744.696	639.046	30.990	4.360	674.396

13. ATIVO CONTINGENCIAL

O ISBRE é parte de ação ordinária ajuizada pela ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em face do FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento, gerido pelo BNDES, que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. Em que pese o “trânsito em julgado” do mérito em 28 de setembro de 2008, o valor correspondente a essa ação não foi reconhecido em resultado por não existirem evidências categóricas quanto à data e valor de liquidação (processo ainda em fase de execução). À luz da Resolução CFC 1.180/09, a entidade não deve, em princípio, reconhecer nas demonstrações contábeis a existência de

um ativo contingente, reconhecendo apenas quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Em 14 de outubro de 2011, a Superintendência Nacional da Previdência Complementar – PREVIC, órgão de controle e fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, encaminhou o ofício nº 4679/2011/CGMC/DIACI determinando que não se efetuasse o registro contábil desse ativo contingencial até posterior manifestação sua.

14. EVENTO SUBSEQUENTE

Não há previsão de efeitos econômicos e financeiros atribuíveis à INSTRUÇÃO PREVIC Nº 19, de 4 de fevereiro de 2015, a qual dispõe sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, de que trata a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, bem como do ajuste de precificação, de que trata a Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, ambas do Conselho de Gestão Previdência Complementar.

Argus Ruy Guex de Oliveira
Diretor Presidente e
Financeiro
CPF 176.060.390-20

Mauro Rosito D'Avila
Diretor Administrativo e de
Previdência
CPF 206.383.610-87

Hilário Todeschini
Contador - CRC/RS
40.688
CPF 337.171.250-87

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS I

MIRADOR 0147/2015

Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2015

Ao

Ilmo Sr. Argus Ruy Guex de Oliveira

M.D. Diretor Presidente e Financeiro da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE

Rua Uruguai, 155/14º andar

Nesta Capital

Ref.: PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS I (BD)

1. OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios I (PB-I) gerido pelo ISBRE - Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 17 do anexo "c" da Resolução CNPC nº 08/2011, bem como no artigo 4º da Instrução de Serviço SPC nº 07/2005.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2014, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2014, encontravam-se cadastrados no PB-I:

- 192 Participantes ativos, sendo 118 do sexo masculino e 74 do sexo feminino; e
- 387 Participantes assistidos, distribuídos da seguinte forma: 284 Aposentados por Tempo de Serviço; 7 Aposentados por Idade; 15 Aposentados por Invalidez; 2 Aposentados por BPD e 79 Pensionistas.

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o PB-I é classificado dentro da modalidade de Plano de Benefício Definido. Os benefícios de aposentadorias (inclusive por invalidez), pensão e pecúlio foram estruturados sob o regime financeiro de Capitalização utilizando o método do Prêmio Nivelado Individual. Já os benefícios de auxílio doença e auxílio reclusão, em função de suas características, foram estruturados sob o regime de regime financeiro de Repartição Simples.

3.1 Hipóteses (premissas) adotadas em 31/12/2014

- Taxa Real de Juros: 4,75% a.a.
- Teto de Benefício hipotético do INSS: R\$ 4.218,38
- Taxa de Crescimento Real da Suplementação (base contributiva): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (até a sua concessão): 4,206% a.a.

- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000M (suavizada em 10%)
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85M
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE
- Fator de Capacidade dos salários e benefícios: 98,2%
- Taxa de Carregamento: 9% (percentual incidente sobre a soma das contribuições)
- Taxa de Administração: 0,50% (percentual anual incidente sobre os recursos garantidores)
- Plano de custeio (ativos): 17,00% do valor da suplementação projetada (paritário)
- Plano de custeio (assistidos): 11,30% do valor da suplementação (paritário)

3.2 Testes de aderência das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2014 foram realizados os testes de aderência das hipóteses (premissas) atuariais utilizadas no PB-I. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade (Geral e de Inválidos), Tábua de Entrada em Invalidez, Crescimento de Salários/Benefícios e Composição Familiar.

Em relação à hipótese Taxa Real de Juros, a verificação da aderência dessa foi realizada considerando o modelo de ALM desenvolvido pela entidade e o fluxo estimado de compromissos futuros do PB-I. Com base no referido estudo, foi possível constatar que a premissa de 4,75% a.a., utilizada na avaliação atuarial do exercício de 2014 e também na política de investimentos para o exercício de 2015, está adequada às expectativas de retorno da carteira de investimentos.

3.3 Alterações nas hipóteses (premissas)

Com relação à avaliação atuarial realizada em setembro de 2013 (ano base anterior), não houve alteração no rol de premissas utilizadas.

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2014, mais precisamente na data base de 31/12/2014, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdencial e Administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

• Patrimônio de Cobertura do Plano*:	R\$ 687.949.885,03
* Obs.: [Ativo – (Exigível Operacional + Exigível Contingencial) – Fundos]	
• Provisões Matemáticas:	
1. Benefícios Concedidos	R\$ 431.101.477,30
2. Benefícios a Conceder	R\$ 221.670.134,46
• Fundos:	
1. Fundo Previdencial	R\$ 2.576.604,92
2. Fundo Administrativo	R\$ 1.176.503,54
▪ Superávit Técnico Acumulado:	R\$ 35.178.273,27 (5,11% do Patrimônio de Cobertura do Plano)

5. RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores do PB-I no exercício de 2014 foi de 14,52%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o PB-I deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida de 4,75 a.a. (taxa real de juros do plano). Tal indicador, no período de análise, totalizou 11,27%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida foi de 3,25 pontos percentuais acima da meta atuarial do período, que corresponde ao atingimento de 128,84% da referida meta.

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2014 as despesas administrativas do PB-I totalizaram R\$ 4.936.105,53, correspondendo ao comprometimento de 0,72% dos Recursos Garantidores do plano no dia 31/12/2014. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGCP nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do PB-I. Portanto, pode-se concluir que as despesas administrativas do PB-I se situaram abaixo do limite estabelecido no PGA.

7. FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o PB-I. Em 31/12/2014, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 1.176.503,54. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o PB-I utilize ao longo do ano de 2015 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 9,00% (nove por cento) dos valores das receitas contributivas;
- Taxa de Administração: 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-I; e
- Fundo Administrativo: suportará as eventuais necessidades de recursos para atender as despesas incorridas, nos casos de insuficiência decorrente das fontes “Taxa de Carregamento” e “Taxa de Administração” definidas anteriormente.

8. PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido para o exercício de 2015, conforme discriminado abaixo:

- Participantes Ativos: 17,00% (dezesete por cento) do valor da suplementação projetada, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes e as patrocinadoras (folha de suplementação projetada), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I; e
- Participantes Assistidos: 11,30% (onze vírgula trinta por cento) do valor da suplementação efetivamente percebida, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes assistidos e as patrocinadoras (folha de suplementação), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I.

9. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é necessário que se ressalte que, em 31/12/2014, em conformidade com os preceitos definidos na Avaliação Atuarial de 30/09/2014, foi constituído o “Fundo Previdencial” para o PB-I. Tal fundo tem por objetivo suportar o impacto provável decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de avanços na carreira (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes. O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômicas / financeiras / demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando as probabilidades de ocorrências de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

Sérgio Rangel Guimarães
Atuário MIBA 0743
CPF 467.563.020-00

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II

MIRADOR 0148/2015

Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2015

Ao
Ilmo Sr. Argus Ruy Guex de Oliveira
M.D. Diretor Presidente e Financeiro da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE
Rua Uruguai, 155/14º andar
Nesta Capital

Ref.: PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II (CV)

1. OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios II (PB-II) gerido pelo ISBRE - Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 17 do anexo “c” da Resolução CNPC nº 08/2011, bem como no artigo 4º da Instrução de Serviço SPC nº 07/2005.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2014, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2014, encontravam-se cadastrados no PB-II:

- 316 Participantes ativos; e
- 3 Participantes assistidos (1 pensão concedida).

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o PB-II é classificado dentro da modalidade de Plano de Contribuição Variável, conjugando características de plano de contribuição definida - CD e de plano de benefício definido – BD. Os benefícios não programados (benefícios de risco), de renda por invalidez e de pensão foram estruturados sob o regime financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura. Já o benefício de auxílio doença foi estruturado sob o regime financeiro de Repartição Simples.

3.1 Hipóteses (premissas) adotadas em 31/12/2014

- Taxa Real de Juros: 4,75% a.a.
- Parcela Previdencial: R\$ 3.431,06
- Fator de Capacidade dos salários e benefícios: não considerado
- Plano de Custeio vigente:
- Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição
- Patrocinadoras: Paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição.
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: 2,31% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras
- Taxa de Carregamento: nula
- Taxa de Administração: nula
- Taxa de Crescimento Real de Salários: não aplicável
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 Male (suavizada em 10%)
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85M
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE.

3.2 Testes de aderência das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2014 foram realizados os testes de aderência das hipóteses (premissas) atuariais utilizadas no PB-II. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade (Geral e de Inválidos), Tábua de Entrada em Invalidez, Crescimento de Salários/Benefícios e Composição Familiar.

Em relação à hipótese Taxa Real de Juros, a verificação da aderência dessa foi realizada considerando o modelo de ALM desenvolvido pela entidade e o fluxo estimado de compromissos futuros do PB-II. Com base no referido estudo, foi possível constatar que a premissa de 4,75% a.a., utilizada na avaliação atuarial do exercício de 2014 e também na política de investimentos para o exercício de 2015, está adequada às expectativas de retorno da carteira de investimentos.

3.3 Alterações nas hipóteses (premissas)

Com relação à avaliação atuarial realizada em setembro de 2013 (ano base anterior), não houve alteração do rol de premissas utilizadas.

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2014, mais precisamente na data base de 31/12/2014, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdencial e Administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

- Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 37.029.628,96

* Obs.: [Ativo – (Exigível Operacional + Exigível Contingencial) – Fundos]

- Provisões Matemáticas:
 1. Benefícios Concedidos R\$ 350.236,41
 - 1.1 Benefícios de Risco R\$ 350.236,41
 2. Benefícios a Conceder R\$ 36.668.713,26
 - 2.1 Benefícios Programáveis R\$ 36.668.713,26

• Fundos:	
1. Previdencial	R\$ 4.611.000,53
1.1 Fundo de Benefício de Risco	R\$ 4.370.547,01
1.2 Fundo de Variações Atuariais	R\$ 240.453,52
2. Fundo Administrativo	R\$ 1.411.855,11
• Superávit Técnico Acumulado:	R\$ 10.679,29

5. ANÁLISE DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores do PB-II no exercício de 2014 foi de 14,51%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para os Benefícios de Risco e os Benefícios Concedidos do Plano de Benefícios II deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida de 4,75 a.a. (Taxa Real de Juros do plano). Tal indicador, no período de análise, totalizou 11,27%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida foi de 3,24 pontos percentuais acima da meta atuarial do período, que corresponde ao atingimento de 128,75% da referida meta.

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2014 as despesas administrativas do PB-II totalizaram R\$ 279.534,48, correspondendo ao comprometimento de 0,75% dos Recursos Garantidores do plano no dia 31/12/2014. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGCP nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do plano. Portanto, pode-se concluir que as despesas administrativas do PB-II se situaram abaixo do limite estabelecido no PGA.

7. FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o PB-II. Em 31/12/2014, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 1.411.855,11. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o PB-II continue utilizando em 2015 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 0,00% (zero por cento) dos valores das receitas contributivas vertidas ao PB-II;
- Taxa de Administração: 0,00% (zero por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-II; e
- Fundo Administrativo: tendo em vista o montante acumulado, suportará durante o exercício de 2015 a integralidade das despesas incorridas no PB-II.

8. PLANO DE CUSTEIO

Recomenda-se a adoção do seguinte plano de custeio para o exercício de 2015:

- Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição;
- Patrocinadoras: paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição; e
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: tendo vista o resultado apurado na avaliação atuarial, será equivalente a 2,53% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras.

9. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é necessário que se ressalte que, em 31/12/2014, foi constituído o “Fundo de Variações Atuariais” com base nas regras e disposições regulamentares.

Sérgio Rangel Guimarães
 Atuário MIBA 0743
 CPF 467.563.020-00

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
 Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE
 Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfase

Chamamos à atenção para a Nota 14, às demonstrações contábeis, que descreve que não há previsão de efeitos econômicos e financeiros atribuíveis à Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, a qual dispõe sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, de que trata a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, bem como do ajuste de precificação, de que trata a Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, ambas do Conselho de Gestão Previdência Complementar. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2015.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544
MARCELO SOUZA MARQUES DO COUTO
CONTADOR CRC/RS 50.671

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, após o exame do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2014 e demais Demonstrações Contábeis, embasados nos Pareceres Atuariais da MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA e no Relatório sobre as Demonstrações Contábeis da EXACTO AUDITORIA S/S, bem como nas informações, dados e documentos apresentados pela Diretoria Executiva da Fundação, declaram que os elementos oferecidos apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ISBRE em 31/12/2014, razão pela qual, são de parecer que as mesmas sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Porto Alegre, 12 de março de 2015.

TARCÍSIO JAIME HERDT
Presidente

MÁICOL C. STEIN DE SOUZA
Conselheiro

FABIANO MEASSI
Conselheiro

NIVALDO PRESALINO VIEIRA
Conselheiro

LEONIR MARIA PIZZATO REIS
Conselheira

GUSTAVO TROMBINI ORSOLIN
Conselheiro

IRACI ANTONIO BRUNETTO
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, dando cumprimento ao que estabelece o artigo 24, item VII, do Estatuto Social, com base no Parecer do Conselho Fiscal do ISBRE, emitido na data de 11 de março de 2015, aprovam o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL, por Plano de Benefícios, a Demonstração do Ativo Líquido – DAL, por Plano de Benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano – DPT, por plano de benefícios e a Presta o de Contas do Exercício Social de 2014.

Porto Alegre, 17 de março de 2015.

SÉRGIO DARCI IN CIO
Presidente do Conselho

JULIANA SOUZA DALLASTRA
Conselheira

CARLOS AURÉLIO L. DA H. RIBEIRO
Conselheiro

CARLOS ARETON AZZOLIN OLSON
Conselheiro

DARLAN CONTE
Conselheiro